



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

DENISE SILVEIRA BARBOSA

**CONSIDERAÇÕES ANALÍTICO-COMPORTAMENTAIS
SOBRE A RESISTÊNCIA FEMINISTA:
UMA INTERLOCUÇÃO A PARTIR DE MARÍA LUGONES**

Londrina
2022

DENISE SILVEIRA BARBOSA

**CONSIDERAÇÕES ANALÍTICO-COMPORTAMENTAIS
SOBRE A RESISTÊNCIA FEMINISTA:
UMA INTERLOCUÇÃO A PARTIR DE MARÍA LUGONES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade estadual de Londrina como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

Área de concentração: Análise do Comportamento.

Orientador: Prof. Dr. Alex Eduardo Gallo.

Londrina
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Barbosa, Denise Silveira.

Considerações analítico-comportamentais sobre a resistência feminista : Uma interlocução a partir de María Lugones / Denise Silveira Barbosa. - Londrina, 2022.
103 f.

Orientador: Alex Eduardo Gallo.

Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Feminismo - Tese. 2. Comportamentalismo Radical - Tese. 3. Análise do Comportamento - Tese. I. Gallo, Alex Eduardo. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III. Título.

CDU 574

DENISE SILVEIRA BARBOSA

**CONSIDERAÇÕES ANALÍTICO-COMPORTAMENTAIS SOBRE A
RESISTÊNCIA FEMINISTA:
UMA INTERLOCUÇÃO A PARTIR DE MARÍA LUGONES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade estadual de Londrina como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

Área de concentração: Análise do Comportamento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Alex Eduardo Gallo
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Carolina Laurenti
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Profa. Dra. Daniely Ildegardes Brito Tatmatsu
Universidade Federal do Ceará - UFC

Londrina, 11 de abril de 2022

Dedico este trabalho à María Lugones (1944-2020), pelo seu profundo comprometimento com uma prática de resistência para além do utopismo.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto do eco das vozes de muitas mulheres na minha formação. Como em tantos outros momentos aqui, peço licença a autoras que me inspiram para que, por meio do que elas pensam e propõem, eu possa transcriar esses dizeres para expressar um pouco do que esses pontos de encontro formam em mim. Desta vez, peço licença à Conceição Evaristo, que inspirou várias das reflexões que culminaram no que aqui escrevo, para que Vozes-Mulheres seja inspiração para os meus agradecimentos.

Agradeço à voz de minha mãe, primeira voz que ecoou em mim e que me apresentou um jeito gentil, mas inquieto, de ver o mundo. Obrigada por me mostrar que o aprendizado pelo amor sempre vale à pena.

Agradeço à voz de tia Bia, que, no cuidado cotidiano, nunca me deixou esquecer que o melhor do mundo ainda são as pessoas.

Agradeço à voz de minha tia Lúcia, que, mesmo tantas vezes silenciada, se faz gritar até hoje na minha memória.

À voz de Anna que ecoa em mim de tantas maneiras que nem conseguiria começar a descrever aqui. A perspectiva de ter todos os cotidianos para isso faz da minha vida um projeto mais feliz e significativo. Obrigada pela paciência, pela parceria e pelo incentivo em cada etapa deste trabalho. Em cada canto meu, inclusive aqui, há um mundo de nós.

À voz de Débora, ocasião para tantas reflexões nos momentos importantes e para o desabafo nos necessários. Parece que tive que sair lá do Ceará para encontrar minha irmã aqui no Paraná.

À voz de Isa, minha companhia de tantos anos, presença constante em minha vida mesmo com tantas inconstâncias. Obrigada pelo cuidado comigo e com a nossa amizade.

À voz de Luiza, que me resgatou de tantos caos, teóricos, mas não só. Para honrar com sua metáfora de que os agradecimentos são tatuagens acadêmicas, agora digo, com orgulho, você está tatuada na minha trajetória. Mesmo sem essa seção, estaria. Obrigada por tudo que faz por mim.

Às vozes de minhas amigas de Londrina, que me fizeram sentir em casa mesmo a 3 mil quilômetros da minha origem: Gi, pelo acolhimento inicial e imprescindível. Nay e Livia, pelas tantas trocas e risadas. Viviane, pela parceria e correção atenta.

Às vozes das minhas amigas de Fortaleza, que ecoam tão profundamente em mim que nem a distância dissipa. Uma vida lá me impossibilita nomear todas, mas fico com a tranquilidade de que sabem quem são.

Agradeço, também, às vozes de tantas inspirações acadêmicas que me transformaram profundamente enquanto pesquisadora: obrigada Carol, por ter estado comigo em diversas etapas deste trabalho e por, agora, me proporcionar contextos potentes de discussão. Este trabalho certamente não seria o mesmo sem suas considerações atentas. Obrigada Táhcita e Amanda, pelas contribuições generosas. Obrigada, Daniely, pelo incentivo inicial e pela parceria de tantos anos. Também gostaria destacar outras mulheres que, no mestrado, são exemplo de professoras, pesquisadoras e analistas do comportamento: Nádia, Camila e Silvia Murari, agradeço pela convivência com vocês.

Não posso deixar de reconhecer os homens que também marcaram minha existência e foram parte importante desta pesquisa, mas não só.

Pai, poderia agradecer por muito, mas agradeço especialmente pelas oportunidades que me deu. Mesmo quando não sabia como conduzir, apontou e acreditou que a partir daí eu poderia seguir.

Igor, meu irmão, crescer com você me humanizou em muitos níveis. Essa coisa de amor fraternal existe mesmo, né? E é grande.

Ao Alex, meu orientador, agradeço a chance de desenvolver minhas ideias e por acreditar no que eu tinha para dizer. Seu incentivo inicial, e até hoje, é muito importante na minha história.

Agradeço aos meus amigos Júnior, Heitor e Matheus. Júnior, obrigada por me inquietar enquanto pesquisadora e por ser um amigo que, mesmo agora à distância, se faz presente no meu dia a dia. Sei que vou ver seu nome por aí. Heitor, meu amigo, o seu jeito calado às vezes parecia representar uma antítese ao meu, falante, mas nessa contradição nos encontramos por aí e posso dizer que é um prazer compartilhar momentos com você. Matheus, você provavelmente nem vai ver isso, mas ter você na minha vida faz dela mais feliz.

Por fim, agradeço à CAPES pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa. Ser pesquisadora e proletariada no Brasil não é empreendimento fácil e, certamente, ter parte dessa jornada facilitada foi de grande importância para o que aqui se constrói.

Quando penso em mim mesma como uma teórica da resistência, não é porque penso na resistência como o fim ou a meta da luta política, mas sim como seu começo, sua possibilidade

María Lugones

BARBOSA, D. S. **Considerações analítico-comportamentais sobre a resistência feminista**: Uma interlocução a partir de María Lugones. 2022. 103p. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2022.

RESUMO

Nos estudos sobre a sociedade, em geral, a noção de resistência costuma ser utilizada em uma acepção contrária às relações de dominação e opressão. Sob uma perspectiva feminista, não parece haver, no entanto, uma definição única e consensual sobre o que é resistência. Dentre as teóricas da área que se dedicaram ao seu estudo, María Lugones é identificada como uma teórica da resistência, com especial interesse nas suas manifestações cotidianas. Para a autora, a opressão se estabelece pela destituição e negação da humanidade e, para compreender a resistência, é necessário identificar as maneiras pelas quais essa humanidade é afirmada. De uma perspectiva analítico-comportamental, resistência não é um conceito frequentemente utilizado. Porém, há uma crescente produção de trabalhos de cunho sócio-político que, mesmo apoiados por outros termos, versam sobre questões sociais e a perspectiva de transformação de relações. O objetivo do presente trabalho foi analisar a noção de resistência de mulheres presentes na literatura analítico-comportamental feminista, partindo de interlocuções com as teses sobre resistência de Lugones. Para tal, foi realizada uma pesquisa teórica, dividida em três etapas: a etapa um viabilizou a caracterização das teses lugonianas acerca da resistência, por meio do Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto (PICT), em obras selecionadas. Na segunda etapa, foi realizada uma busca e seleção de obras analítico-comportamentais feministas, objetivando compreender a rede conceitual da área para dar conta das discussões sobre resistência. Na última etapa, uma interlocução dos achados nas etapas anteriores foi proposta. A partir da análise das obras de Lugones, pode-se apreender características e condições para que o fenômeno da resistência se apresente como uma possibilidade de populações oprimidas: 1) teses pluralistas contemplam a atividade resistente para além dos seus significados hegemônicos, 2) resistência não é definida pela sua forma, mas pelo contexto, 3) sua esfera de manifestação é infrapolítica, 4) é construída coletivamente e, a partir da relação entre os que resistem, coalizões podem ser formadas para potencializar essa atividade. A relação entre a proposta e lugoniana é estabelecida a partir das teses pluralistas, contextualista e relacionistas presentes em ambas as concepções. Ainda, a rede de conceitos analítico-comportamentais acionada para contemplar a ideia de transformar relações opressivas é diversa: agência, autoconhecimento, autocontrole e contracontrole são algumas das noções mobilizadas. Chama atenção que, mesmo considerando o caráter relacional e contextual das formas de desarticular relações opressivas, os textos feministas da Análise do Comportamento, frequentemente, propõem uma análise circunscrita aos repertórios individuais que podem ser úteis na alteração das contingências sociais da opressão. Apesar de uma análise importante e consistente, defende-se que o acréscimo de noções que possam contemplar outras temporalidades e níveis de análise, como a de práticas culturais, pode contribuir para que se admita a possibilidade de uma cultura de resistência da mesma forma que se admite a de uma cultura de dominação. Espera-se que as considerações propostas pelo presente trabalho possam ser pertinentes para a consolidação de uma Análise do Comportamento que discuta projetos de teóricos e de sociedade em favor das mulheres e de outras populações oprimidas.

Palavras-chave: Resistência. Opressão. Feminismo. Análise do Comportamento.

BARBOSA, D. S. **Behavioral-analytic considerations on feminist resistance: A dialogue from María Lugones.** 2022. 103p. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2022.

ABSTRACT

In studies on society, the notion of resistance is usually used in opposition to relations of domination and oppression. However, from a feminist perspective, it seems that there is not a consensual definition of what resistance is. Among feminist theorists, who have dedicated their works to study this subject, María Lugones is recognized as a theorist of resistance with special interest in its everyday manifestations. According to the author, oppression is a relation which dehumanizes and denies humanity and, in order to understand resistance, it is necessary the identification of the ways in which this humanity is affirmed. From a behavior-analytic perspective, resistance is not a frequent concept. Nevertheless, there is a growing production of papers on socio-political studies that, even though using others concepts, aims to address social issues and the possibilities of transforming social relations. This work aims to analyze the concept of resistance of women to oppressions present in the feminist behavior-analytic literature. Interlocutions with Lugones' theses on resistance are made. For this, a three steps theoretical research was carried out: 1) characterization of Lugones' theses on resistance through a procedure of conceptual interpretation (PICT), in selected works, 2) papers on a feminist behavioral-analytic perspective were accessed in order to comprehend the area's conceptual framework account on resistance, 3) dialogue the findings of the previous steps. From the analysis of Lugones' accounts on resistance, it was possible to apprehend the following characteristics and conditions by which resistance presents itself as a possibility of oppressed people: 1) pluralist theses conceptualize resistance activity beyond its hegemonic meanings, 2) resistance is not defined by its form, rather by its contexts, 3) its infrapolitic scope, 4) it is collectively constructed and, based on the relationships between those who resist, coalitions can be formed to enhance this activity. A relation can be established between Lugones' account on resistance and radical behaviorism from the link between the pluralist, contextualist and relationist theses present in both conceptions. Yet, behavioral-analytic account on the transformation of oppressive relations is diverse: personal agency, self-knowledge, self-control and countercontrol are some of the concepts used. It is noteworthy that, even considering the relational and contextual nature of the ways of dismantling oppressive relations, feminist behavioral papers usually limit their analysis to individual repertoires that may be useful in changing social contingencies of oppression. Despite an important and consistent analysis, it can be argued that the addition of notions that may contemplate other temporalities and scopes of analysis, such as cultural practices, may contribute to admitting the possibility of a culture of resistance. It is hoped that the considerations proposed by the present work may be relevant for the consolidation of a Behavior Analysis that discusses projects of theories and societies in favor of women and other oppressed communities.

Keywords: Resistance. Oppression. Feminism. Behavior analysis.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela de organização dos elementos da rede conceitual analítico-comportamental sobre resistência	28
---	----

SUMÁRIO

Introdução	14
Objetivos	22
Método	23
Natureza da Pesquisa	23
Caracterização das etapas	23
Etapa 1: Caracterizando a noção de resistência em María Lugones.....	23
Etapa 2: Resistência e Análise do Comportamento.....	27
Etapa 3: Articulações sobre resistência em Lugones e em Análise do Comportamento.....	30
Resultados e discussões	31
Notas sobre a transdisciplinaridade	31
Capítulo 1 – María Lugones: uma escolha resistente	33
O conceito de resistência como trabalhado por María Lugones.....	39
Visão de um mundo resistente: a ampliação como condição	40
O caráter contínuo e processual da resistência	43
Agentes e dimensões de ocorrência.....	46
Das possibilidades da resistência.....	49
Resumindo.....	51
Capítulo 2 – No mundo da Análise do Comportamento: como pensar a resistência?	54
Dados, natureza e amplitude dos temas.....	54
Algumas questões preliminares	56
A rede conceitual acionada para trabalhar as possibilidades de resistência	59
Agência.....	59
Autoconhecimento.....	61
Autocontrole	62
Contracontrole	63
Resumindo.....	66

Capítulo 3: Aproximações iniciais entre uma proposta de resistência em Lugones e questões analítico-comportamentais.....	68
Considerações finais	77
Referências	81
Apêndices	91
Apêndice A.....	92
Apêndice B	94
Apêndice C	95
Apêndice D.....	103

Introdução

A noção de resistência aparece, em um quadro de referência de estudos sobre a sociedade, em um sentido contrário às relações de dominação e opressão, tendo sido por bastante tempo entendida como oposição ao poder, especialmente compreendendo-o em sua forma institucionalizada (Ortner, 1995). Essa referência a partir da noção de poder pode contribuir para a dificuldade em se chegar a uma definição coesa sobre a noção de resistência, já que a própria noção de poder é ambígua e usada para dar conta de uma pluralidade de dimensões (León Cedeño, 2007), divergindo, inclusive, em projetos teóricos similares (Quijano, 2009).

À vista disso, não parece haver uma única definição ou conjunto de características consensual sobre o que é resistência (Ortner, 1995). Nas disputas sobre seus significados e possibilidades, algumas questões colocadas são sobre o que pode ou não ser entendido como resistência e quais os critérios para tal definição; sobre quem são os agentes dessas ações; sobre as perspectivas criativas dessas relações; sobre visões de mundo e projetos teóricos que são compatíveis com as possibilidades resistentes; além do questionamento sobre suas dimensões e efeitos (Foucault, 1978/2017; Ortner, 1995; Lugones, 2003).

Diversos movimentos históricos foram classificados como resistentes devido a essa característica geral de oposição ao poder. Como o termo “resistência” é costumeiramente utilizado para dar conta da ideia de contrapor a dominação de grupos poderosos, que se estabelecem e mantêm o controle sobre outros via práticas opressivas, destacando o caráter político da violência perpetrada, ele é mais frequentemente associado a grupos e povos historicamente oprimidos¹, por exemplo, às mulheres, à população negra e aos povos indígenas e quilombolas. O destaque do caráter político das violências perpetradas em relação a alguns grupos específicos parece indispensável para a reconstituição histórica e cultural dos

¹ Tais grupos são diferentemente especificados a depender de suas identificações e das filiações teórico-políticas dos estudos. Alguns exemplos são: subalternos (Spivak, 1985), esfarrapados do mundo ou historicamente oprimidos (Freire, 2019) e condenados da terra (Fanon, 1968).

determinantes dos problemas que os afligem e suas formas de resistir, considerando que os problemas políticos são localizados e que “as circunstâncias históricas e culturais não influenciam um problema político; antes, o constituem” (Dittrich, 2004, p. 292).

No que diz respeito à questão de mulheres, há em diversas áreas de estudo, como na literatura e nas teorias feministas, importantes contribuições para pensar a questão das violências e opressões impostas a esses sujeitos. Debates sobre a desnaturalização da posição da mulher (Ortner, 1979; Rubin, 1993; Beauvoir, 2000), sobre o patriarcado enquanto regime que organiza e mantém a violência contra mulheres (Saffioti, 2015), sobre as possibilidades e limites da categoria “gênero” nas dinâmicas sociais (Scott, 1995) e que constroem críticas à universalização das experiências organizadas pela categoria “mulher” e explanam sobre as formas como os diferentes eixos de opressão organizam as experiências (Lorde, 1984; Lugones, 2003, 2010; Mohanty, 2008; Mendoza, 2010; hooks, 2015) são alguns dos temas que foram e ainda são pautados pelos estudos que versam sobre as opressões às mulheres e suas possibilidades de resistência e libertação.

Dentre as teóricas do feminismo que se dedicam a estudar as possibilidades resistentes de mulheres, María Lugones (e.g. 2003, 2008, 2010) se destaca e se identifica como uma teórica da resistência, buscando investigar não apenas as manifestações organizadas, mas também as formas cotidianas de resistência das populações historicamente oprimidas (Hollanda, 2019). Lugones (2010) parte da premissa de que a opressão opera pela destituição e negação da humanidade de alguns e que, portanto, o processo resistente se estabelece na medida em que essa humanidade é afirmada.

Lugones (2010) entende que a operacionalização da opressão de mulheres está baseada em processos de racialização, colonização, exploração capitalista e heterocentrismo e que, para tanto, seu desmantelamento pressupõe “o compromisso de amplificar perspectivas epistemológicas, culturais, políticas e econômicas” (Pires, 2020, p. 307) que os fundaram e que mantêm esses processos atualizados. Daí decorrem suas teses sobre a colonialidade de

gênero – modelo que reconceitualiza a subalternização como uma correlação de distintas matrizes de opressão (e.g. racial, étnicas, de gênero) – e sobre o Feminismo Decolonial como movimento de resistência teórico-prática e epistemológica que investiga as bases da negação da humanidade de alguns e os instrumentos para isso utilizados, bem como as formas de sobrepô-las.

Para Lugones (2003), a resistência entende e responde a opressão, no sentido de que a condição inicial para a construção da resistência é a possibilidade de que a opressão não seja um processo totalmente bem sucedido, ou seja, que a opressão seja um processo determinante na formação de sujeitos, mas não que os determine. Além disso, a autora propõe que a resistência seja viabilizada pela mediação de uma comunidade, como oposição a perspectivas individualizantes, que entendam indivíduos como os responsáveis últimos pela sua libertação (Lugones, 2005). Essas são algumas teses que sinalizam a possibilidade de que um diálogo entre a autora e a Análise do Comportamento é viável para pensar os fenômenos de resistência e libertação das opressões.

Cabe ressaltar, porém, que na literatura especializada em Análise do Comportamento, as noções de resistência têm aparições dispersas, referindo-se, também, a fenômenos diversos. Uma menção à palavra toma contornos quando Skinner (2003) trabalha com a noção de “resistência à extinção” (p. 79), para tratar da persistência de respostas mesmo após a quebra da relação contingente. Resistência a mudanças é outro uso possível do termo, para se referir a classes de respostas mais complexas, como para tratar de uma relação cliente-terapeuta (Guilhardi, 2002). Em outros casos, o uso do termo faz referência a características dos organismos em experimentos, como quando Catania (1999) discute a “resistência da pele de um rato” como variável de interferência nos resultados de uma experimentação (p. 113). Tal diversidade de usos pode ter relação com a tradição da área de emprestar termos do vernáculo popular para fazer referência a conceitos e fenômenos. O sentido mais próximo ao dos estudos sobre sociedade não é necessariamente um termo técnico dos trabalhos sobre relações entre

peças em Análise do Comportamento; o termo resistência, em uma acepção sócio-política, portanto, não é frequente na área.

Apesar de analistas do comportamento não engajarem com frequência o termo resistência em um sentido próximo ao corrente nos estudos em ciências sociais e políticas, não se pode dizer que o assunto foi negligenciado. A Análise do Comportamento tem encontrado, nos últimos anos, uma crescente e consistente produção de trabalhos de cunho sócio-político que, mesmo apoiados por outros termos, versam sobre questões sociais. Parece haver, então, uma possibilidade para a discussão de uma teoria e espaços de resistência e para a consolidação de estudos e intervenções que estejam comprometidos com a transformação da realidade em favor das populações historicamente oprimidas e alinhados com projetos de sociedade não opressivos.

Uma noção que tem sido acionada por trabalhos que se orientam para pensar aproximações entre discussões analítico-comportamentais e propostas de mudanças sociais consistentes é a de contracontrole. Em uma perspectiva analítico-comportamental, o controle não assume um sentido necessariamente pejorativo, sendo um fato da experiência humana (Skinner, 1974). Há, no entanto, um desequilíbrio histórico nas relações de controle que sustenta dinâmicas sociais em que há o privilégio de alguns grupos em detrimento de outros². A preocupação com modificação de tais configurações do exercício do controle, diante do reconhecimento das condições de exploração as quais tantos estão submetidos, faz parte do escopo de muitos trabalhos da área (Holland, 1975, 1978; Sá, 1979, 1985). Segundo a apresentação skinneriana (1974), contracontrole se estabelece em relação ao controle inerente ao comportamento humano, referindo-se à noção pela ideia de que os controlados fogem do controlador ou podem atacar de modo a enfraquecer ou destruir o poder controlador.

² Nicolodi e Arantes (2019) argumentam pela inclusão da variável “poder” nas análises das relações de desigualdade e opressão, considerando que estas não envolvem apenas relações de controle – que são inerentes a qualquer relação humana –, mas que, além do acesso a reforçadores, relações de poder tratam do gerenciamento histórico do acesso às condições de controle, limitando “as possibilidades de escolha e reduzindo as possibilidades alternativas de comportamento” (p. 74).

A partir dessa definição, dois aspectos, então, são destacados: no primeiro, o contracontrole aparece enquanto uma categoria que descreve comportamentos funcionalmente selecionados pelo efeito de escapar ou evitar o controle e suas reverberações; no segundo, o contracontrole pode ser identificado como uma contraposição, ou seja, como comportamentos selecionados pelo efeito de alterar as contingências de controle em vigor (Skinner, 1974).

Apesar do primeiro aspecto ser mais característico do uso corrente na literatura especializada na área, enfocando elementos de uma dimensão particular mais direta e imediata, como comportamentos de fuga e esquiva de controles coercitivos, é na segunda que estão as possibilidades políticas do termo (Santos, Garbelotti & Lopes, 2016). Essa possibilidade tem sido explorada por autores que têm interesse nas modificações de contingências controladoras e, como destaca a viabilidade de ação em um âmbito sócio-político, pode ser aliada nas discussões sobre os fenômenos de opressão e resistência.

A noção de contracontrole foi, inclusive, apresentada como um sinônimo – ou tradução analítico-comportamental – da ideia de resistência por Ruiz (1998) quando, ao deliberar sobre questões relativas à práxis feminista, propõe: “O desenvolvimento de uma voz feminista ou resistência, ou, ainda, para usar o termo de Skinner, contracontrole, é crítico para a agenda feminista” (p. 189)³. Em outra oportunidade, resistência e contracontrole também foram equiparados, quando Santos, Garbelotti e Lopes (2016), ao se referirem sobre os efeitos políticos do tratamento que Holland dá ao contracontrole, afirmam: “Isso significa que o contracontrole pode ser entendido como enfrentamento ou resistência aos controles instituídos, de modo que, se eficaz, o contracontrole poderia conduzir a relações sociais mais equilibradas” (p. 68).

Por mais que possa haver uma imediata e despreziosa justaposição do termo resistência e da ideia de contracontrole em sua acepção política – em razão de sua função de

³ As citações indicadas no presente trabalho, quando referentes a textos originalmente escritos em língua estrangeira, são traduções livres.

transformação de contingências sociais – uma simples tradução de fenômenos em termos analítico-comportamentais pode minimizar a complexidade de análise. Maiores investigações sobre a equivalência entre os termos poderiam, dessa forma, contribuir para a elucidação conceitual da área e para o próprio entendimento da questão da resistência a opressões por uma perspectiva analítico-comportamental.

Com relação as especificidades das discussões feministas, os itinerários propostos por analistas do comportamento para dar conta da transformação de condições sociais são múltiplos. Um exemplo é a crítica à possibilidade de resistência e libertação de mulheres de condições opressoras como uma criação de condições internas ao sujeito e individuais, tais como intenções, agência pessoal e empoderamento (Ruiz, 1998).

As referências às condições que estão relacionadas às dinâmicas opressivas de gênero são crescentes e enfatizam diversos aspectos e elementos. O estudo de Fidelis e Vandenberg (2014) discute as possibilidades de articulação entre modelos de terapia funcional analítica e de terapia feminista e as perspectivas clínicas desse encontro.

Lacerda e Costa (2013) e Gomes e Costa (2014) discutem aspectos da violência contra a mulher a partir da perspectiva analítico-comportamental. Questões filosóficas do ser mulher e a posição da área, por exemplo, são discutidas por Silva e Laurenti (2016), enquanto Couto e Dittrich (2017) examinam as produções que interseccionaram Análise do Comportamento e feminismo, tanto no cenário nacional quanto internacional. Já Ortolan e Guerin (2019), Freitas e Morais (2019) e Fontana e Laurenti (2020) centralizam questões culturais, em suas várias dimensões, nas análises sobre as dinâmicas sociais envolvidas nas violências contra mulheres, tratando tanto de aspectos simbólicos quanto explícitos.

Há, na área, diversos estudos que versam sobre questões referentes a mulheres e às condições opressivas as quais elas estão expostas, mas uma busca por uma melhor delimitação das possibilidades de resistência em um sentido sócio-político a partir de fundamentos analítico-comportamentais não faz parte dos objetivos dos estudos até então

identificados. Dada a importância desse conceito para o movimento feminista, como entender resistência de uma perspectiva analítico-comportamental feminista? Um diálogo com autores que se dedicaram a discutir as características e projetos teóricos compatíveis com a resistência, como a autora María Lugones, pode ser útil para que uma resposta a essa pergunta possa ser esboçada.

O presente trabalho se alinha a esta proposta: analisar a noção de resistência das mulheres presente nas literaturas analítico-comportamentais feministas, a partir de obras de Lugones. Algumas perguntas que fundam as reflexões aqui propostas são: como as possibilidades de resistência às opressões são vistas nos textos feministas analítico-comportamentais? Qual é a rede conceitual acionada pela Análise do Comportamento para contemplar fenômenos de resistência? Quais as implicações de se considerar esses fenômenos na teoria e na prática dos analistas do comportamento?

A análise pode oferecer subsídio para que sejam discutidas possibilidades de mudança social alinhadas com projetos de sociedade menos opressivos. A Análise do Comportamento tem sido vinculada à elaboração de propostas e técnicas utilizadas para a manutenção de condições relacionadas à opressão de determinadas populações (Holland, 1978) e com políticas de ajustamento social (Prilleltensky, 1994).

Considerando esse cenário, a proposta de aproximação de outras áreas do saber pode, além de auxiliar no estabelecimento de critérios e reflexões para um entendimento sobre a noção de resistência, colaborar com a construção de projetos teóricos que se orientem para a proteção de populações vulneráveis, atentando para a viabilidade de comprometimento com a real transformação de condições de dominação. Tais projetos parecem relevantes e urgentes, tanto para a correção de possíveis injustiças históricas alicerçadas em estudos comportamentais, quanto para a consolidação de uma teoria a favor de populações historicamente oprimidas.

O panorama aqui exposto não se propõe a esgotar as discussões apresentadas. Portanto, este estudo se desenha como uma proposta de apresentar um itinerário possível, a partir de uma interlocução com as reflexões sobre a questão da resistência para María Lugones, na construção de um saber analítico-comportamental sobre fenômenos de resistência às opressões de mulheres.

Objetivos

Objetivo Geral

Analisar a noção de resistência das mulheres presente nas literaturas analítico-comportamentais feministas, a partir de obras de María Lugones.

Objetivos Específicos

- Caracterizar o conceito de resistência para Lugones.
- Examinar a noção de resistência na literatura analítico-comportamental feminista.
- Articular a noção de resistência de Lugones com a literatura analítico-comportamental feminista.
- Delimitar o alcance das discussões analítico-comportamentais feministas de resistência.

Método

Natureza da Pesquisa

O objetivo principal desta pesquisa é analisar a noção de resistência das mulheres presente nas literaturas analítico-comportamentais feministas, a partir de obras de María Lugones, discutindo, principalmente, como o corpo teórico da área poderia contemplar essa questão e as implicações de se considerar esse fenômeno na teoria e na prática de analistas do comportamento.

Nesse contexto, faz-se necessária uma metodologia que permita interpelar os aspectos teóricos internos da área e, também, trazer a adição de outras vozes à análise. Optou-se, para tanto, por uma pesquisa de natureza teórica, uma vez que essa metodologia permite a produção de conhecimento a partir de análises de uma teoria, considerando dialogismos entre áreas (Laurenti & Lopes, 2016).

Caracterização das etapas

A seguir, serão descritas as etapas que compõem o método da presente pesquisa.

Etapa 1: Caracterizando a noção de resistência em María Lugones

Esta etapa contempla o objetivo específico de caracterizar o conceito de resistência para Lugones, evidenciando teses e aspectos importantes para essa noção. Tal etapa tem sua importância justificada a partir do reconhecimento de que uma noção de resistência não é amplamente discutida em análise do comportamento. Por isso, é profícuo o engajamento com outras áreas de conhecimento para a viabilização de um diálogo e ampliação do que foi produzido até o momento.

Tendo isso em vista, o contato com as obras dessa autora, especialmente as que diretamente apresentem teses sobre seu entendimento da noção de resistência, parece propício para os objetivos desta pesquisa. A opção de centralizar essa autora justificou-se na necessidade de um recorte para a análise, considerando questões de escopo e possibilidades de

trabalho. Isso não significa que esta é a única perspectiva de engajar a análise do comportamento em uma conversa sobre as formas de resistência.

Procedimentos de seleção, análise e discussão

Critérios de seleção dos textos

Em um estágio inicial, a seleção de textos ocorreu a partir dos seguintes critérios: ser de autoria exclusiva de María Lugones, que se justifica pela proposta de centralizar suas proposições sobre a noção de resistência, apesar da consideração do caráter coletivo e compartilhado de sua trajetória acadêmica, militante e literária (1); estar disponível em plataformas digitais/livre acesso (2); estar em inglês ou espanhol, que são os idiomas de escrita original da autora (3). Após a pré-seleção dos textos que contemplaram esses critérios, buscou-se um reconhecimento geral da temática de cada uma das obras, feito a partir dos resumos, para os artigos. Já para os capítulos de livros e ensaios, a busca foi realizada a partir dos *leads* (primeiro parágrafo) e considerações finais. Esse reconhecimento inicial cumpriu o objetivo de identificar a abrangência das temáticas trabalhadas pela autora.

Em seguida, um outro critério de inclusão foi delimitado, buscando restringir ainda mais o escopo das buscas, passo que se mostrou relevante, considerando que a autora tem produções importantes ao longo de três décadas sobre diversas temáticas. A fim de caracterizar a noção de resistência para essa autora, houve, então, um afinamento da escolha, orientado para a seleção de obras que versam diretamente sobre a questão da resistência. Tal critério (4) foi avaliado de acordo com a análise dos títulos e subtítulos, resumo/*leads*, tópicos específicos no texto e palavras-chave. Os textos que apresentassem referências diretas à resistência ou concepções identificadas como próximas, a exemplo da ideia de libertação das opressões, foram analisados mediante um procedimento de interpretação conceitual de texto.

Esses critérios restringem consideravelmente a seleção dos textos, deixando de contemplar obras clássicas do trabalho da autora, amplamente referenciadas por

comentadores, como seus textos *Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System*, de 2007, e *Colonialidad y Género*, de 2008. É importante salientar, no entanto, que, apesar de restritivos, os critérios aqui delimitados não são aleatórios. Lugones percorreu um longo caminho, entre teorizações sobre colonialidade, gênero, política e formas de opressão e resistência, para citar alguns de seus temas mais recorrentes, e o escopo deste trabalho não poderia fazer justiça a todos esses temas em sua análise, mas, diante da impossibilidade de isolar as obras de seus contextos e produções afins, muito do pensamento da autora presente em outras obras aparecerá na tessitura das discussões deste trabalho em seu todo.⁴

Crítérios de análise dos textos

A interpretação de um texto, a partir da compreensão de seus significados e da forma como os conceitos e teses, explícitas e implícitas, foram articulados não é tarefa fácil. A fim de viabilizar esse difícil processo, optou-se, para orientar as interpretações objetivadas deste trabalho, pela utilização do Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto (PICT), conforme elaborado por Laurenti e Lopes (2016), que se direciona ao processo de “análise do uso dos conceitos e rede conceitual de um texto psicológico, além de auxiliar na identificação de seus compromissos e afinidades filosóficas” (p. 55).

O procedimento destacado é composto por quatro etapas, cada uma delas com passos indicados como facilitadores de sua elaboração: levantamento dos principais conceitos do texto (1); caracterização das teses do texto (2); elaboração de esquemas (3); síntese interpretativa (4). Ressalta-se que, apesar de os textos selecionados (apresentados em uma seção posterior) não comporem o campo teórico da psicologia, o procedimento escolhido ainda se mostra útil como modelo de organização de uma espécie de mapa conceitual, auxiliando as interpretações da pesquisa e a explicitação do itinerário percorrido por sua autora no decorrer dessas elaborações.

⁴ A listagem completa das obras selecionadas pode ser acessada na seção de apêndices do presente trabalho.

Considerando o principal objetivo deste estudo, parece fazer sentido propor centralidade à noção de resistência e seus conceitos auxiliares e às teses que estejam relacionadas ao objetivo. Dessa forma, diante de textos que tratem de teses caras à autora, mas não diretamente relacionadas à sua concepção de resistência, serão analisadas somente as relacionadas aos objetivos desta pesquisa.

Esse é um recorte que limita o escopo da análise – e pode incorrer na falha de reduzir a densidade do pensamento de Lugones, afinal, as teses sobre resistência são construídas e articuladas em relação a diversas outras –, mas que se faz necessário para que possa ser viabilizada a interpretação sobre este aspecto específico de suas obras e a análise a respeito das implicações de pensar a resistência às opressões de forma mais ampla.

Cabe ressaltar que o procedimento delimitado para a organização da interpretação não se apresenta como uma forma de engessar o processo de análise. Assim, considerando as particularidades da pesquisa e das obras referenciadas, algumas adaptações foram realizadas, de forma a contribuir com sua fluidez.

As análises foram organizadas, então, a partir das etapas 2 e 4 do PICT. A etapa 2 corresponde às teses tradicionais, as quais a autora se posiciona contrária, a partir de críticas e da articulação de teses alternativas. Por sua vez, a etapa 4 diz respeito a uma síntese interpretativa das teses e críticas do texto.

Ainda, como alguns textos compunham o mesmo momento teórico da autora, compartilhando de teses e críticas, eles foram aglutinados na síntese interpretativa. Assim, evitou-se sínteses repetitivas e prolixas.

As sínteses interpretativas viabilizaram a construção do texto de análise para uma noção de resistência, apresentado no capítulo 1 dos resultados e discussões. Além disso, foram importantes para orientar as articulações entre a noção de resistência e propostas analítico-comportamentais, apresentadas nos capítulos 2 e 3 do presente trabalho, também

contribuindo para a análise das implicações teórico-sociais dessa discussão para a análise do comportamento.

Etapa 2: Resistência e Análise do Comportamento

Esta etapa contempla o objetivo específico de examinar a noção de resistência na literatura analítico-comportamental feminista. Para tal, foi realizada uma busca em alguns dos principais meios de veiculação da produção analítico-comportamental com políticas editoriais favoráveis a publicações de cunho sócio-político e feminista.

Procedimentos de seleção, análise e discussão

Na literatura analítico-comportamental, o termo “resistência” não é acionado como um conceito com frequência, aparecendo apenas de maneira pontual, especialmente em seu sentido sócio-político (e.g. Ruiz, 1995, 1998; Silva, 2021). Apesar de impor um desafio inicial para a seleção de textos e para a análise, pela dispersão das formas de se referir ao fenômeno da resistência, pode-se supor que essa ocorrência está, de algum modo, contemplada em textos políticos da área. A preocupação com as formas de controle e projetos de sociedade exploratórios não é recente e compõe, também, textos analítico-comportamentais feministas (Holland, 1975, 1978; Sá, 1979, 1985; Pinheiro & Mizael, 2019; Fontana & Laurenti, 2020a).

A partir dessa consideração, as perguntas “O que se entende por resistência na literatura analítico-comportamental?” e “Qual é a rede conceitual acionada para dar conta desse fenômeno nos textos da área?” fizeram parte da condução desta etapa do trabalho. A fim de iniciar o processo de respondê-las, foram realizadas buscas no banco de dados da PsycINFO, que contempla periódicos como a *Acta Comportamentalia*, a *Behavior and Social Issues* e a *The Behavior Analyst Today*.

Além dessas, também foram realizadas buscas nas principais revistas brasileiras de produção analítico-comportamental: *Perspectivas em Análise do Comportamento*, *Revista Brasileira de Análise do Comportamento (REBAC)* e *Revista Brasileira de Terapia*

Comportamental e Cognitiva (RBTCC). Adicionalmente, o banco nacional de teses e dissertações também foi consultado.

O idioma selecionado para as buscas na base de dados PsycINFO foi o inglês, considerando as buscas no *abstract* como fator unificador para textos de diversas origens. A busca pode ser assim descrita: [*Abstract*]: (“radical behaviorism” OR “behavior analysis”) AND [*Abstract*]: feminis*⁵ OR women. Tal escolha lexical se justifica pela necessidade de afunilar o campo teórico dos textos e especificar o tema ou população do qual trata. Para os textos do banco de teses e dissertações as mesmas combinações foram utilizadas, mas em português. Já nas revistas especializadas brasileiras, somente os termos “feminis*” e “mulher*” foram utilizados, considerando que as buscas já trariam textos específicos da área.

Crêterios de sele o dos textos

A pesquisa foi feita de modo a buscar textos que contemplem, em seus resumos, tanto o tema em questão (feminismo/questão de mulheres) quanto a teoria que o posiciona no presente estudo. Os critérios iniciais de inclusão e exclusão podem ser descritos da seguinte forma:

- Critérios de exclusão: 1. Textos que citem análise do comportamento ou análise de comportamentos, mas que não estejam circunscritos à teoria em questão; 2. estudos que versem sobre mulheres, não embasados em uma perspectiva sócio-política, a exemplo daqueles que tenham mulheres enquanto participantes ou enquanto grupo experimental; 3. estudos que apenas usem os termos buscados como exemplos, como aqueles que apenas citam o feminismo.
- Critérios de inclusão: 1. Textos filiados ao behaviorismo radical, que 2. proponham uma discussão feminista, 3. a partir de uma perspectiva sócio-política.

⁵ O uso do asterisco (*) se justifica pela possibilidade de contemplar textos indexados a partir de diferentes nomenclaturas: feminist, feminism ou feminisms. A mesma justificativa pode ser derivada para as buscas em português.

Considerando o escopo do trabalho, o objetivo desta etapa e a necessidade de precisar melhor a forma de análise dos textos, um novo critério de inclusão foi definido e utilizado nos textos selecionados até então: palavras-chave foram buscadas em *ctrl f* (ou manualmente, nos textos que não estavam em versão digitalizada), de acordo com o campo semântico verificado em obras de Ruiz (1995, 1998, 2009)⁶, a fim de examinar a fidedignidade das buscas e aproximar os textos de uma discussão feminista e analítico-comportamental sobre o fenômeno da resistência. As palavras-chave são: resistência, agência, contracontrole e empoderamento (e seus correlatos ou equivalentes em inglês, por exemplo, agency, countercontrol, empower* e resist*). Foram mantidos os textos que contemplem tais noções como meio de articular suas teses.⁷

Além dos textos selecionados nas buscas anteriormente descritas, fez-se necessária a adição de textos que compõem o livro “Debates sobre Feminismo e Análise do Comportamento” (Pinheiro & Mizael, 2019), em função da sua pertinência para o debate nacional e tendo em vista que, em buscas bibliográficas, este não seria listado. Para tal inclusão, também foram consideradas as palavras-chave e critérios descritos no parágrafo anterior.

Critérios de análise dos textos

Para examinar a noção de resistência na literatura analítico-comportamental feminista e responder as duas questões levantadas no início da descrição da etapa 2, outras perguntas e aspectos foram relevantes. Tais perguntas e aspectos foram organizados conforme a tabela a seguir, com o objetivo de orientar a elaboração de uma síntese interpretativa (apresentada no capítulo 2) que serviu como ponte para a articulação das ideias de Lugones e dos textos de Análise do Comportamento (apresentada no capítulo 3).

⁶ A escolha de autoria se justifica por essa autora introduzir e servir como uma referência relevante para as discussões feministas da área (e.g. Couto, 2017; Fontana & Laurenti, 2020; Silva, 2021; Wolpert, 2005). A escolha de obras se justifica por serem obras que se referem diretamente à noção de resistência, ou seja, obras que, na contramão da tendência da área, usam o termo “resistência” ou correlatos.

⁷ Uma listagem pormenorizada das obras selecionadas pode ser acessada na seção de apêndices do presente trabalho.

Tabela 1: Tabela de organização dos elementos da rede conceitual analítico-comportamental sobre resistência

Referência do texto

Objetivo do texto	Natureza do texto	O conceito de resistência é trabalhado diretamente no texto?	Define resistência? (sim/não)	Quais conceitos analítico-comportamentais são utilizados para tratar da temática da resistência?	Em que contexto do texto as discussões sobre resistência aparecem?
-------------------	-------------------	--	-------------------------------	--	--

Etapa 3: Articulações sobre resistência em Lugones e em Análise do Comportamento

Esta etapa contempla os objetivos de articular a noção de resistência de Lugones com a literatura analítico-comportamental feminista e avaliar o alcance dessas discussões, bem como suas implicações teórico-sociais.

Resultados e discussões

Notas sobre a transdisciplinaridade

A teoria feminista tem sido tomada como ponto de interlocução com a Análise do Comportamento em diversos estudos, nos quais diferentes aspectos já foram evidenciados (e.g. Ruiz, 1995; Silva & Laurenti, 2016; Freitas & Morais, 2019; Pinheiros & Mizael, 2019). A questão da resistência, no entanto, não foi – ao menos com essa alcunha – centralizada nas análises, tendo sido apenas transversalmente referenciada ou apresentada como uma noção importante para outros estudos, como para o entendimento da agência feminista (Ruiz, 1998, 2009; Silva, 2021). Definições gerais, quem são os atores, como se estabelecem as relações, quais suas dimensões políticas e de análise, como se dá na prática e outras questões pertinentes para uma melhor compreensão da resistência ainda são campo em aberto – e, talvez, em disputa – na área.

O que é resistência? Toda resistência compartilha os mesmos objetivos e é igualmente emancipatória? Quais são suas implicações teóricas e políticas? São algumas perguntas que podem surgir diante do objetivo de caracterizar uma noção de resistência, independente do autor ou das filiações teórico-filosóficas de quem interpreta. As respostas a essas perguntas, porém, dependem de maneira considerável dessas variáveis, apesar de, ainda assim, dificilmente ser viável respondê-las com precisão.

Diante desse cenário, faz sentido que seja realizada uma apresentação da autora que guiará algumas das interlocuções aqui presentes, bem como de suas influências pessoais e teóricas, pensando em tornar o texto acessível mesmo para públicos que não tenham tido a oportunidade de engajar com suas temáticas de trabalho anteriormente. Cabe a ressalva de que essa breve apresentação não se propõe a detalhar ou esgotar os temas por Lugones trabalhados. Até o fim do primeiro capítulo, o esperado é que alguns percursos teóricos e

políticos trilhados pela autora em seus estudos sobre resistência sejam evidenciados, abrindo caminhos para a conversa com as propostas analítico-comportamentais.

O capítulo 2 é dedicado a um exame da rede de conceitos acionada por autoras feministas da Análise do Comportamento para discutir a temática da resistência. Por fim, no capítulo final, aproximações e distanciamentos entre as propostas são explicitados, contribuindo para uma avaliação do alcance das discussões da Análise do Comportamento nas perspectivas de resistência, bem como para a discussão das implicações do exame dessas propostas.

Capítulo 1 – María Lugones: uma escolha resistente

Filósofa, professora, ativista e educadora popular são algumas das qualificações que podem ser atribuídas à María Lugones (1944-2020). Ao longo de suas tantas décadas de produção intelectual, Lugones testemunhou intensas transformações geopolíticas e culturais no mundo e, também, nas formas de teorizá-lo. Uma prática de resistência parece ter sido, desde cedo, imprescindível para a autora, já que em sua experiência pessoal, enquanto mulher e lésbica, teve de encarar diversas violências psicológicas, físicas e sexuais.

Como latina que se “realocou” – usando de sua própria escolha lexical para dar conta da experiência migratória – nos Estados Unidos, na década de 1960, fugindo da violência também de pessoas próximas, outras violências, como mulher de cor⁸ e terceiro mundista, por exemplo, passaram a marcar seu corpo e história e moldaram sua teoria. “Sua vida foi um curso magistral sobre as complexidades do pertencimento condicional e incompleto”, assim definiria companhia teórica e pessoal de Lugones, Hil Malantino (2020), em sua carta-ensaio sobre o legado da autora, publicado após a sua morte em 2020.

Desse pertencimento condicional e incompleto talvez advenham algumas de suas principais teses e críticas. Uma delas foi a de que o feminismo hegemônico do Norte Global⁹ não parecia suficiente para dar conta da complexidade e multiplicidade das experiências de mulheres de diferentes realidades geopolíticas e pessoais, mesmo com o mérito de algumas articulações importantes no que se entende por movimento de libertação das mulheres, como a desnaturalização da inferioridade das mulheres e a construção social dos papéis de gênero (e.g. Beauvoir, 1949; Ortner, 1979) e a teorização da própria distinção sexual como relacionada a perpetuação do poder e controle dos corpos pelo patriarcado (Firestone, 1976).

⁸ Tradução de “Person/people of color”, termo que sintetiza a experiência de populações não brancas/caucasianas, especialmente nos Estados Unidos da América (e.g. populações latinas, chicanas, negras e indígenas), e que é o termo a partir do qual a própria autora se identifica em seus textos.

⁹ Nesse contexto, a expressão Norte Global não remete apenas à geografia. Nos estudos pós-coloniais, as expressões Norte e Sul Global remetem a uma divisão geopolítica no âmbito da produção e circulação de conhecimentos e de domínio político, em que o Norte, historicamente, detém o cânone e se apresenta como via única (para uma descrição pormenorizada do conceito, ver Santos, 2014).

A insatisfação com o hábito epistemológico desse feminismo de universalizar o ser mulher é uma marca transversal e acidamente onipresente nas teorizações da autora (e.g. Lugones, 2003, 2010, 2012, 2020).

À época de seu realocamento nos Estados Unidos, na década de 1960, despontavam as manifestações pelos direitos civis da população negra no país. No mundo, eclodiam os movimentos de libertação dos países até então referidos como subdesenvolvidos ou de terceiro mundo. Todos esses acontecimentos e o próprio cenário de instabilidade global nas repercussões do pós-guerra, além das experiências do não pertencimento social sentidas em uma dimensão pessoal, têm, também, uma incidência especial nas concepções de Lugones sobre a sociedade e nas suas insatisfações com as epistemologias e produções hegemônicas.

Os anos da década de 1960 marcaram, também, a época em que o movimento feminista contemporâneo estabeleceu campo para a proposição de sua agenda. Em 1963, Betty Friedman publica *The Feminine Mystique* (A Mística Feminina) – livro que viria a ser considerado um dos marcos da luta feminista americana e influenciaria a agenda desse movimento político –, em que trata de uma condição social comum às mulheres, que eram educadas e condenadas ao ambiente doméstico, não podendo participar ativamente da vida pública. Apesar de tratar de questões reais que afligiam um determinado grupo de mulheres e que careciam de atenção e mudança, os problemas e dilemas referenciados pela autora como uma condição comum que unia todas as mulheres, porém, falhavam em contemplar um contingente grande de mulheres, que tinham preocupações políticas diferentes e negligenciadas (hooks¹⁰, 1984). Sobre isso, Lugones pontua, criticamente:

A luta do feminismo branco se tornou contra posições, papéis, estereótipos, traços e desejos impostos à subordinação da mulher branca. A opressão de gênero de outras não era reconhecida. A *mulher* habitava um corpo branco, mas elas não traziam a qualificação do racial para articulação ou evidência. Isto é, elas não se

¹⁰ A grafia com letras minúsculas respeita a escolha da própria autora.

entendiam em termos interseccionais, na intersecção entre raça, gênero e outras marcas de subordinação ou dominação (Lugones, 2014, p. 70, grifo da autora).

A premissa central do pensamento feminista desse período, de que haveria uma sina comum às mulheres, sublimando a heterogeneidade desse grupo sob uma pretensa condição universal, foi um incômodo crescente entre teóricas que faziam parte de dissidências ou subgrupos que não eram contemplados pelas pautas e reivindicações desse outro coeso. As teóricas do feminismo conhecido à época como Feminismo das Mulheres de Cor, representado por autoras como M. Jacqui Alexander, Gloria Anzaldúa, Audre Lorde, Chandra Talpade Mohanty, Cherríe Moraga, Bernice Johnson Reagon, Chela Sandoval e Barbara Smith foram importantes para a construção do pensamento teórico e político de María Lugones (DiPietro, Mcweeny & Roshanravn, 2019) e compartilhavam da reivindicação por uma mudança epistemológica em direção a uma proposta teórico-prática que não se sustentasse sob a égide de uma condição unidimensional e universalizante da experiência de ser mulher.

Ao invés de presumir uma experiência compartilhada universal e que isso garante, necessariamente, uma disposição para a ação política coletiva em prol de um objetivo comum, a inflexão proposta é que se considere que, por mais que a estrutura do modo de pensar hegemônico conceba categorias atômicas e fragmentadas, independentes entre si (Lugones, 2010), não se pode pensar uma experiência com base em um eixo apenas de socialização. Não se pode, então, pensar na categoria mulher, sem a consideração de todas as outras que também compõem essa experiência, como raça e classe.

A abordagem concebida por Lugones, influenciada pelo pensamento das teóricas do feminismo negro e terceiro mundistas, enfatiza que a experiência de opressão é contextual e condicionada à posição do sujeito em termos de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia e outros eixos de poder (DiPietro, Mcweeny & Roshanravn, 2019). Partir do pressuposto de universalidade da experiência e de uma condição comum é, como explicitou hooks (1984),

desviar atenção do classismo, racismo e sexismo que atingem todas aquelas que não estão sob o denominador comum eleito pela estrutura tradicional.

Ainda, outro percurso fundamental para o pensamento de María Lugones é seu retorno, como bem sintetiza Miñoso (2020),

à América Latina, atraída pela política comunal que ganha visibilidade com o Zapatismo e as diversas insurreições indígenas que ocorrem na região a partir da década de 1990, e interessada pela recuperação do pensamento latino-americano que deriva do giro decolonial (p. 7).

Giro decolonial, ou Grupo de estudos modernidade/colonialidade, é uma forma de identificar projetos de resistência política e epistemológica que se configuram a partir dos trabalhos de diversos teóricos, direcionados a abordar as consequências da conexão entre a exploração do que se veio a constituir como povos latino-americanos e o colonialismo europeu (Harding, 2017). As resistências às imposições coloniais, apesar de apenas recentemente sistematizadas sob um mesmo guarda-chuva teórico, não estiveram ausentes antes do início dessas teorizações (Quijano, 2009; Harding, 2017). Os europeus, afinal, não encontraram aqui um mundo vazio ou sem significações e durante todos os séculos da colonização – e até hoje, ainda com o efeito de suas reverberações – há um intenso movimento de resistência ao aniquilamento dos modos de ser e conhecer latino-americanos.

É importante destacar que, mesmo vinculados em alguns sentidos, Colonialidade e Colonialismo são conceitos que se referem a fenômenos distintos. Enquanto o Colonialismo diz respeito a uma estrutura de dominação e exploração em que cabe a uma Metrópole o controle político, dos recursos, da produção e do território da Colônia e que já se encerrou temporalmente em grande parte dos territórios, a Colonialidade segue, ainda hoje, como um dos eixos do padrão de poder, sendo imposta intersubjetivamente (Quijano, 2009). A teoria decolonial propõe uma releitura histórica, partindo do ponto de vista dos derrotados pela versão oficial da história, hegemônica, que evidencie os efeitos ainda atuais da colonialidade,

explicitando as violências e resistências do processo e organizando um outro projeto teórico-político (Bernadino-Costa, Maldonado-Torres & Grosfoguel, 2020).

O caráter intersubjetivo do padrão de dominação como destacado, por exemplo, por Quijano (2009), situa a subordinação de certas culturas como efeito de relações não apenas exteriores, em que uma cultura aniquilaria outra via força ou exploração, mas como produto de relações menos explícitas, em diferentes níveis e profundidades, que alteram sistematicamente os “modos de conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, imagens e sistemas de imagens, símbolos, de modos de significação” (p. 12). Além da inscrição de uma visão de mundo nesse projeto de sociedade, então, também há premissas sobre o modo de conhecê-lo e acessá-lo. A questão do conhecimento foi uma preocupação significativa dos trabalhos alinhados com a perspectiva decolonial (Bernadino-Costa, Maldonado-Torres & Grosfoguel, 2020; Walsh, 2007), já que, concomitante à dominação colonial e dando suporte a ela, estava a constituição de um modo de construção de conhecimento que:

dava conta das necessidades cognitivas do capitalismo: a mediação, a externalização (ou objetivação) do cognoscível em relação ao conhecedor, para o controle das relações dos indivíduos com a natureza e entre aquelas em relação a esta, em especial a propriedade dos recursos de produção (Quijano, 2009, p. 74).

As propostas do feminismo negro e terceiro mundista e do giro decolonial do grupo modernidade/colonialidade são marcos teóricos importantes para a definição da agenda de outra perspectiva teórica que se somou às inflexões epistemológicas e metodológicas anteriormente iniciadas: o feminismo decolonial latino-americano (Castro, 2020a). María Lugones, precursora dessa proposta, vinha trabalhando sob influência direta dessas escolas de pensamento, mas é em *Heterossexualism and the colonial/modern gender system* (2007), *Colonialidad y Género* (2008) e *Toward a Decolonial Feminism* (2010), em especial os dois

últimos, que articula explicitamente a sua posição sobre a complementariedade dos aportes dessas teorias.

O feminismo permite aprofundar o entendimento até então proposto pelos teóricos e pensadores da decolonialidade¹¹, ao propor que sem a introdução da opressão de gênero aos colonizados, a dominação não seria tão bem-sucedida (Lugones, 2008; Castro, 2020b). Já os aportes decoloniais permitem, para a autora, um aprofundamento da noção de interseccionalidade, das propostas de coalizão e das críticas à ideia de universalidade e outras categorias características da modernidade e caras ao feminismo, como a de gênero (Lugones, 2008, 2010).

Para Lugones (2010), a modernidade organiza o mundo ontologicamente a partir da concepção de categorias fundamentais (e separáveis). Essa concepção é base para o estabelecimento de hierarquias dicotômicas tecidas na “historicidade das relações, incluindo das relações íntimas” (Lugones, 2010, p. 742) e que até hoje estendem efeitos na estruturação de discriminações sociais, como entre brancos e pretos, homens e mulheres, civilizados e não civilizados. As estratégias de dominação trabalharam no sentido de naturalizar essas relações, costurando-as como a-históricas, como “fenômenos da natureza e não da história” (Quijano, 2009, p. 12).

Ao propor que as categorias que separavam homens e mulheres foram importantes para o sucesso da dominação, Lugones (2008) não advoga a favor de uma mera inclusão dessas categorias nas análises sociais e raciais já anteriormente empreendidas. Quando a autora (Lugones, 2008) propõe o que denomina “sistema moderno colonial de gênero” e a noção de “colonialidade de gênero”, o que entende é que há um “regime epistêmico de diferenciação dicotômica hierárquica que distingue inicial e fundamentalmente o humano e o não humano, e do qual se desprendem as categorias de classificação social de raça-gênero”

¹¹ Como por Quijano (2009), sobre a colonialidade do poder como um sistema de controle político, econômico e subjetivo fundamentalmente alicerçado na classificação racial

(Miñoso, 2017, p. 8). Pauta, então, a constituição da episteme característica desse sistema, o que entende por “colonialidade de gênero” (Lugones, 2008), sinalizando a multideterminação da opressão e a necessidade de formas igualmente múltiplas de contrapô-las.

Com essa breve seção de apresentação de algumas questões presentes na obra de Lugones, pretendeu-se apresentar um percurso que facilita a compreensão de teses e elementos fundamentais à noção de resistência como pautada pela autora, bem como os interlocutores que auxiliaram na sua estruturação. Na seção a seguir, será realizada uma apresentação pormenorizada dessas teses e elementos.

O conceito de resistência como trabalhado por María Lugones

Seria incoerente com o percurso teórico de María Lugones e seu posicionamento político propor que há um só itinerário possível para interpretar suas noções sobre resistência. Não que a partir disso flerte-se com um relativismo, em que se poderia imprimir quaisquer análises de sua obra, mas que se explicita que qualquer enunciação que se proponha a conversar com ela, assim como suas obras, parte de um lugar específico e, interceptada por diferentes atravessamentos, também pode chegar a lugares distintos.

Nas seções a seguir, será apresentado um itinerário possível para a interpretação de resistência a partir do que foi teorizado por María Lugones. Longe de esgotar todas as possibilidades interpretativas acerca do assunto, o objetivo deste momento é salientar algumas características fundamentais desse fenômeno para a autora, bem como alguns aspectos e compromissos filosóficos que são condição para ou que disso derivam.

A compreensão de resistência para Lugones está diluída em diversas obras. Por isso, a divisão a seguir proposta é meramente didática, já que os títulos das seções não necessariamente correspondem à forma como a própria autora conduz suas teorizações. Espera-se que, após essas seções, o leitor possa ter uma compreensão mais ampla sobre a visão de mundo compatível com as dinâmicas de resistência, algumas de suas dimensões e possibilidades de manifestação, bem como algumas de suas condições e implicações.

Visão de um mundo resistente: a ampliação como condição

Em seu percurso teórico, Lugones se filia a movimentos de resistência à lógica da modernidade e da colonialidade. Então, no rastro de sua teoria da resistência, estão subjacentes teses anticoloniais de denúncia às categorias fundadas pela modernidade e colonialidade que compõem as dinâmicas de opressão e subalternização, a partir de um referencial dominante. Referencial este que diz respeito a

conceitos, modos de fazer, instituições e valores que determinam, decretam, regulam e justificam todas as possibilidades, conceitualmente, materialmente e politicamente. Conceitos, costumes, instituições, valores que se tornam invisíveis, uma espécie de estrutura profunda que envolve cada movimento, gesto e cada justificativa (Lugones, 2005, p. 87-88).

A tarefa resistente, para Lugones (2003), tem relação com a ampliação das possibilidades, em uma contestação às metodologias, às instituições, às categorias, aos modos de conhecer e à própria ontologia do dominador¹². Esse entendimento é central para a autora (1990/2003), considerando que “qualquer entendimento sobre opressão precisa admitir a possibilidade de que haja algo que escape/supere o poder/lógica dominante. Se a teoria não concebe a libertação, é inútil do ponto de vista do oprimido” (p. 502).

Uma condição para tal mudança de referencial – ou sua própria consequência – é a noção de que “se estivermos exaustos, totalmente feito através e por mecanismos micro e macro e circulações de poder, ‘libertação’ perde muito de seu significado” (Lugones, 2011, p. 76). Ou seja, de que somos de alguma forma condicionados pelo poder, mas não determinados. É válido ressaltar, inclusive, que essa tese evidencia o compromisso com a

¹² Sobre isso, Castro (2020) pontua: “Na fronteira entre a ontologia do colonizador, presente até os nossos dias nas hierarquias culturais e sociais marcadas pela intersecção de classe, raça, sexo e gênero, que visibilizam somente aquilo que espelha a branquitude como se esta não fosse também racializada, está uma outra ontologia que resiste ao seu apagamento” (p. 20)

prática articulada enquanto se faz e não pressuposta, como um compromisso, também, contra o utopismo (Lugones, 2003).

Isso constitui uma ruptura fundamental com o modo hegemônico de conhecer e interpretar a realidade, que, filiado a noções modernas (e coloniais), entende a realidade como unívoca – A Realidade – e, portanto, desacredita versões alternativas. Sendo a versão oficial uma versão que oprime a muitos em benefício de alguns, versões dissidentes encontram pouco ou nenhum espaço na narrativa geral.

A possibilidade de resistência e libertação, em Lugones (1990/2003), depende da adoção do pluralismo ontológico, já que seria a partir do reconhecimento da abertura e da descontinuidade como inerentes à constituição dos fenômenos que se poderia romper com a lógica dominante e conceber seres não univocamente construídos pelo poder. Cabe ressaltar que a resistência não é o objetivo último ou o fim da luta política, mas a sua possibilidade, que mantém aberta a libertação das diversas formas de opressão (Lugones, 2003).

A tese da unidade, própria da episteme moderna, é construída sob a égide da unificação. Lugones (1990/2003) rejeita, contrapondo-se a isso, que o mundo e as pessoas sejam ontologicamente unificados, rejeitando, também, a conceitualização de categorias homogêneas e separáveis. Sobre isso, Carastathis (2019) interpreta: “Rejeitando uma ontologia em que a igualdade precede diferença, e unidade precede a fragmentação, Lugones argumenta que o estado de multiplicidade impuro e coagulado é o estado original” (p. 111, livro digital).

Uma consequência do hábito epistemológico de negar a descontinuidade, multiplicidade e ambiguidade da realidade – o que, na obra da autora, por vezes, é referido como “lógica dominante/lógica da opressão” – é que as construções sobre o eu e as relações também acabam por reproduzir essas reduções. Lugones (2014) aponta que, por mais que o pensamento categorial seja uma ferramenta de opressão, mistificado como natural e construído como se fosse uma realidade ontológica, as categorias de experiências (por

exemplo, do ser mulher, do ser negra ou do ser indígena) ainda são vividas concretamente, disso vem a sua consideração de que a própria resistência a essa lógica não pode ser pensada de dentro dela.

Se na lógica dominante a tendência é uma leitura homogeneizante e redutora, que desconsidera as diversas formas e eixos que constituem a experiência humana, propor qualquer ruptura com essa lógica é, então, acolher a pluralidade. Uma implicação disso decorrente é que, por exemplo, a categoria “mulher” – e as leituras sobre gênero – não é inerente aos organismos e nem constitui o único eixo a partir do qual a experiência humana, inclusive das opressões, é organizada.

O que se quer dizer com isso é que a estrutura do modo de pensar hegemônico, categorial e fragmentado, é parte da imposição de um único discurso sobre o ser e o mundo. Não se pode pensar uma categoria, no exemplo dado, mulher, sem a consideração de todas as outras que também estruturam essa organização, como raça e classe, bem como não se deveria partir desse discurso unitário (de uma forma de ver mulher ou de ver raças etc.) para todas as análises dos sistemas sociais.

A tese da multiplicidade ganha sustento na crítica ao discurso unitário de poder; na crítica aos mecanismos de fragmentação (como os sistemas legais) que separam as categorias e, então, inviabilizam quem não contempla exatamente sua delimitação, ou seja, quem está nas fronteiras (Lugones, 2011). Por exemplo, se os sistemas legais são incapazes de conceber a existência de mulheres que não correspondem exatamente ao sentido hegemônico e abstrato de mulher, como as mulheres negras ou mulheres indígenas, essas experiências têm grande probabilidade de continuarem sendo invisibilizadas.

É justamente nas fronteiras¹³ que estão as possibilidades resistentes. O olhar para esse lugar produz importantes mudanças epistemológicas, já que o seu reconhecimento fere a

¹³ “Fronteiras” é um termo utilizado por Lugones (e.g. 2003, 2011, 2012) como uma metáfora espacial – método frequentemente utilizado pela autora – para marcar a ideia de uma socialização alternativa, de quem nem está

lógica do poder quando revela outras possibilidades para leitura do mundo. “Revela os seres (*selves*) e a realidade como múltiplos” (Lugones, 2011, p. 70).

O caráter contínuo e processual da resistência

A dominação – referenciada pela autora pela ideia de colonialidade, especialmente em suas obras filiadas ao Feminismo Decolonial (e.g. 2010, 2011, 2012, 2020) – se infiltra por todos os aspectos da vida, no corpo, no trabalho, nas leis e nas disposições das terras, por exemplo, sendo as formações sociais que sustentam a lógica dominante constantemente renovadas. O que deriva da aceção de que a opressão não é um empreendimento absolutamente determinante e totalmente bem-sucedido, porém, é que, essas opressões também podem encontrar resistências (Lugones, 2003). Para a autora (2011), a colonialidade de gênero é um modelo explicativo que auxilia na compreensão da complexidade dos sistemas econômicos, raciais e de gênero na constituição das opressões, com a condição de que esses sistemas não sejam entendidos como totalmente bem-sucedidos na destruição de pessoas, saberes e relações, por exemplo.

Sendo as opressões múltiplas e contínuas, encontrando na relação com a história sua função (ou seja, seus determinantes e efeitos), é também na relação com a história que a oposição resistente se constitui. A consideração do caráter processual e contínuo da resistência é, inclusive, proposto pela notação adotada pela autora, ao enfatizar a ambiguidade e coexistência dos fenômenos, de *opressing* <-> *resisting* (no português: oprimindo <-> resistindo) (2005). A própria adoção dos termos no gerúndio sinaliza uma inflexão e proposta de superação da tendência epistêmica de ou ver opressão ou ver resistência, em uma tentativa de considerar a parcialidade e reflexividade das relações.

Em Lugones (e.g. 2003), pautar a resistência é colocar lente nos movimentos antiéticos à lógica da opressão e sua espacialidade. É reconhecer a possibilidade de uma

totalmente exaurido pelas relações de poder, nem avulso a estas. O termo faz menção também à influência exercida pelo pensamento de Glória Anzaldúa, especialmente do clássico “Borderlands: La Frontera” (1987), nas teorizações de Lugones.

realidade em que as pessoas não estão exaustas e subsumidas pelo poder, mas que, nas tensões e ruídos, existe a multiplicidade das pessoas e do mundo e, assim, formas de resistência que não são necessariamente referenciadas pela lógica de dominação (Lugones, 2011). Cabe ressaltar que, com isso, não se pretende reforçar a dicotomia opressão \times resistência, mas reconhecer que, em uma concepção plural da realidade, essas lógicas coexistem e que o sistema social é cruzado por essa tensa contradição, em que uma pessoa pode ocupar diferentes locais simultaneamente e agir de acordo com diferentes lógicas. Como resume a autora (Lugones, 2003),

Se pensarmos nas pessoas que estão submetidas a condições opressivas como não consumidas ou exauridas pela opressão, mas como também resistindo ou sabotando um sistema que é direcionado para moldar, reduzir, violar e apagá-las, então nós também veremos, pelo menos, duas realidades: uma que tem a lógica da resistência e transformação e outra que tem a lógica da opressão. Na verdade, essas duas lógicas se encontram e multiplicam repetidamente e de diversas formas (p. 26).

Condizente com a postura de evitar as reduções e a busca por respostas e verdades únicas e universais é a consideração de Lugones (2003) de que não há forma específica para a resistência. Uma característica fundamental da resistência é que ela entende e responde a opressão continuamente, então, ao entender os limites, as violações e apagamentos da opressão, tecidos na história das relações, pode-se começar a entender as múltiplas formas de resistir. A resistência, segundo essa interpretação, seria, portanto, contextual e posicionada, dependendo de uma análise histórica das relações para sua compreensão. Uma questão que disso deriva é: qual o critério, então, para que uma resposta seja considerada resistente?

Uma interpretação tradicional sobre resistência – e a qual Lugones (1992; 2003; 2005) se opõe com veemência ao longo de diversas obras – é a de que o critério seria interno. Nessa perspectiva, a resistência estaria dentro dos indivíduos e o contexto social seria o responsável

apenas por acioná-la de alguma forma. Essa interpretação, filiada a noções internalistas para explicações de fenômenos, tem uma implicação ético-política: cabe aos indivíduos a responsabilidade de reagir ao ambiente e cabe, também, a responsabilidade em caso de fracasso.

No que tange a questão da violência contra a mulher, por exemplo, uma forma tradicional de entender o fenômeno é buscar identificar as motivações e sentimentos da mulher que se encontra em tal situação. Nesse caso, a permanência em situação de violência seria uma escolha – ou fraqueza – pessoal. A limitação mais imediata desse modelo explicativo, no entanto, é negligenciar os aspectos contextuais que compõem aquela relação e sustentam tal dinâmica opressiva.

Essa noção de resistência enquanto um atributo ou responsabilidade individual tem suas bases assentadas na noção ocidental e moderna de agência (Lugones, 2005). Tal noção envolve, ainda, um extenso aparato social e institucional (e.g. jurídico, midiático, escolar) que capilariza suas ações em diversas instâncias, ao mesmo tempo em que as disfarça, com dispositivos técnicos e conceituais que “permeiam e constituem os alicerces do discurso moral e jurídico dominante e são usados de maneiras viciosas e contraditórias contra aqueles que são os sujeitos do controle estratégico” (Lugones, 2003). A ação individual, autônoma e intencional, lócus da ação e da decisão é uma miragem que atrai quem por essas instituições é contemplado.

A reivindicação de que as teorias que dão conta do ponto de vista das experiências dos oprimidos não sejam “informadas pela ideologia do individualismo liberal” (hooks, 2015, p. 201) é, também, parte das preocupações de Lugones. Há, aqui, um sentido antirreformista na sua proposta: se as instituições e o que elas formam constroem um mundo e realidade que se apresentam como unívocos e coesos de sentidos, isso fere uma condição básica para a resistência, que é a possibilidade de abertura e descontinuidade, sendo, portanto, incompatível com respostas resistentes e transformadoras (Lugones, 2003).

O senso moderno de agência, com a referência da pessoa como indivíduo autônomo, livre e locus da responsabilidade individual é, para Lugones (2003), interdito e isso se deve às filiações profundas de tal senso com concepções internalistas e liberais. As implicações práticas dessas filiações, com o fortalecimento das instituições e grupos que se beneficiam dessa lógica e a psicologização de fenômenos sociais, por exemplo, dificultam o reconhecimento e a transformação das determinantes e aparatos sociais relacionados à perpetuação das opressões.

Uma vez que a condição para esse sentido de agência é a univocidade de significados, seria necessário um senso de ação que venha da experiência coletiva, condição para a criação de significados outros (Lugones, 2003). O sentido de agência e de uma posição resistente se dá coletivamente, *com* os outros. Tal experiência compartilhada de resistência é representada pelo que a autora entende por coalizão (Lugones, 2011).

Uma tentativa de responder sobre a origem da resistência (ou seja, sobre como ela é acionada), ou até sobre o nível de análise em que ela se apresenta deve levar em consideração a antítese proposta pela autora (Lugones, 2005) à ideia de uma resistência internalizada, bem como considerar a importância dada à experiência em comunidade para sua constituição. Para Lugones (2005), as explicações sobre as origens da resistência prescindem das teses tradicionais filiadas a concepções liberais e internalistas, tendo na relação entre subjetividade e intersubjetividade sua principal representação. Não há resistência individual, já que esta é constituída por e constitui ver, ouvir, empatizar e estar com outros. A resistência só pode ser compreendida de maneira contextual e posicionada.

Agentes e dimensões de ocorrência

Um dos principais compromissos de María Lugones foi o de buscar entender e compatibilizar as possibilidades cotidianas e criativas dos movimentos resistentes (Lugones, 2003). Ao passo que, para a autora (Lugones, 2003), a resistência não pode ser compreendida completamente a partir apenas de suas manifestações particulares, a nível pessoal – já que

mesmo respostas/atos individuais carecem de contexto e sentido socialmente compartilhados –, nem por isso recai na busca apenas por seus significados públicos.

O que é tradicionalmente reconhecido como resistência está, em alguma medida, condicionado à inteligibilidade compartilhada mesmo por aqueles que estabelecem as condições opressivas e se beneficiam da manutenção da lógica de dominação. Ou seja, se a busca pelo entendimento das resistências for circunscrita ao que é reconhecido pública, “institucional e hegemonicamente” (Lugones, 2011, p. 72) como tal, é possível que uma consequência disso fosse uma fixação ou rigidez na forma como estas precisariam estar apresentadas ou organizadas, por exemplo, como lutas, manifestações, rebeliões.

Cabe destacar que os exemplos mencionados podem ser considerados resistentes. A questão que se coloca é que, para a Lugones (2003), não são atos específicos ou até a forma ou organização que ditam tal compreensão, mas a análise histórica de seus contextos e determinantes, bem como do próprio projeto de sociedade que subscreve. Essa consideração é especialmente importante porque há diversos movimentos que se apresentam e são reconhecidos publicamente como resistentes, a exemplo dos movimentos conservadores contra direitos reprodutivos, que subscrevem projetos de sociedade incoerentes com a proposição de abertura à pluralidade e ruptura com a lógica hegemônica e liberal propostas por Lugones (2003, 2005, 2010) e que não caberiam no âmbito do que a autora entende como resistência.

Para dar conta de tal sentido de manifestação, Lugones (2003, 2011) lança mão do conceito de infrapolítica, para se referir, precisamente, ao que não é reconhecido institucional e hegemonicamente como resistência, mas que ainda assim – e talvez especialmente por isso – tem um significado importante e potencialmente criativo no que tange às rupturas com a dominação. O sentido de infrapolítica proposto por Lugones é próximo ao de outro autor, James Scott (1992/2013), que também se dedicou a investigações sobre as resistências

cotidianas, menos explícitas e que não necessariamente seriam lidas como tais, especialmente por aqueles beneficiados pela dominação. Sobre isso, Ferreira (2013) resume:

Convém esclarecer que por “infrapolítica” o autor não entende um modo de expressão política inferior ou diminuído em relação ao da política relativamente aberta das democracias liberais ou às rebeliões, manifestações igualmente explícitas que chamam a atenção dos jornais, mas a “luta discreta que os grupos subordinados exercem todos os dias e que está, como os raios infravermelhos, para lá da parte visível”. Infrapolítica que o autor entende, também, como o “cimento da ação política mais elaborada” através da qual os de baixo vão pondo constantemente à prova os limites da dominação e desafiando as suas fronteiras, travando, deste modo, uma luta de posições próxima da guerra de guerrilha (p. 9).

Ao buscar evidenciar as manifestações cotidianas de resistência, mais do que direcionar a dimensão de análise a um nível pessoal ou de atos específicos, o que Lugones propõe é “perceber as tensões, os pequenos desvios, as comunicações sem sentido dentro da espacialidade do poder” (Lugones, 2003, p. 11). Considerando a perspectiva contextual, contingente e atenta às pequenas rupturas da resistência, uma situação que tradicionalmente seria analisada como um total condicionamento e sujeição pode ser percebida a partir dos seus pequenos desvios.

Por exemplo, uma mulher que está em uma relação abusiva ou um povo indígena frequentando espaços urbanos, que tradicionalmente seriam vistos como totalmente submetidos ou assimilados, podem ser compreendidos como não totalmente submetidos ao poder; pelo “demorar um pouco mais para atender aos comandos do agressor”, no caso das mulheres, ou o “afirmar seus costumes e tradições em locais os quais eles não são bem-vindos”, no caso dos indígenas. De uma forma ou outra, a afirmação do sentido infrapolítico do resistir, em um nível de análise pessoal ou suprapessoal/social, permite mirar nas rupturas que, de outra maneira, poderiam passar despercebidas.

Das possibilidades da resistência

Quando penso em mim mesma como teórica da resistência, de respostas desafiadoras a partir de outra ordem, não é porque penso na resistência como um fim ou como objetivo da luta política, mas como seu começo, sua possibilidade. Estou interessada na mola relacional subjetiva/intersubjetiva da libertação, tanto como adaptativa como *oposicionalmente criativa* (Lugones, 2003, p. 76, grifo meu).

Um outro ponto de interesse do compromisso teórico e prático de Lugones é analisar e experimentar as possibilidades afirmativas da resistência. Opondo-se ao que considera uma tese tradicional sobre o fenômeno, de que se esgota em mera reatividade (Lugones, 2003), argumenta por um sentido afirmativo, que tem em uma de suas possibilidades a criatividade. Sobre isso, pontua:

Quero dissipar qualquer ideia de que a lógica da resistência se encontra na reação. Pensar nas lógicas de resistência apenas em termos de reação é reduzi-las de maneira prejudicial, considerando que a reação não adiciona nada criativo ao significado contido no que é resistido, exceto alguma forma de negação. Quando a resistência é reduzida à reação, é entendida só como um modelo físico e, portanto, contido em ações. Mas a resistência não é reação, é resposta – elaborada, frequentemente complexa, tortuosa e perspicaz, que afeta as estruturas do que está sendo resistido (Lugones, 2003, p. 45).

Para Lugones (2003), resistência está relacionada com a ampliação de sentidos. É na resposta antiética à lógica dominante que poderia estar a dimensão afirmativa – ou a potência criativa – da resistência, já que, na contestação do mundo e das experiências enquanto unívocas, abre-se o espaço para novos significados. A interdependência com os outros, em comunidades, em grupos, é, por ela, trabalhada como potência e fonte de empoderamento, pois é vendo, ouvindo e estando junto que se ampliam repertórios importantes para a criação de sistemas de valores dissidentes.

Essa experiência compartilhada é teorizada pela autora (Lugones, 2014) a partir da noção de coalizões, que, engloba a ideia de uma identidade posicional, de agentes ativos, que habitam o lócus da resistência. É a possibilidade de pactos de oposição não somente reativos, mas partindo do que é compartilhado que se constroem comunidades capazes de criar e compartilhar os significados necessários ao processo de resistência.

As coalizões representam uma mudança em diversos níveis (e.g. epistemológico, metodológico e ético-político), já que enfatizam o olhar para as diferenças não hegemônicas. A coalizão é o que permite superar a suposição de uma identidade abstrata e universal e, no compartilhamento das experiências, na oportunidade de reconhecer e acolher as diferenças, fomentar a resistência. No que tange à luta pela libertação das mulheres, por exemplo, Lugones (2014) assim posiciona a busca por uma práxis coalizional:

Uma vez que a fusão é uma resistência a múltiplas opressões, também se pode apreciar as maneiras pelas quais outros conceberam, deram forma cultural, teorizaram, expressaram, corporificaram, sua resistência a múltiplas opressões. Pode-se também compreender como e em que medida essas resistências se apoiam ou se enfraquecem. Estas não são apenas teorizadas, mas possibilidades vividas. É por isso que buscamos coalizão (p. 77).

Uma implicação importante que decorre do *mover-se com outros* característico das relações de resistência é que esta é horizontalmente construída (Lugones, 2003). A companhia de outros “permite aprender, ouvir, transmitir informações, participar de criações comunicativas, avaliar possibilidades, ter uma noção da direção da intencionalidade, ganhar profundidade social” (Lugones, 2003, p. 268). É “no nível da rua”, metáfora acionada para representar a horizontalidade das relações – a construção entre pares –, que a resistência é forjada como uma questão de práxis (Lugones, 2003, p. 254). Na práxis coalizional, entre aqueles que compartilham significados dissidentes e criam novos sistemas de valores, é que os processos de resistência são articulados.

A autora (Lugones, 2003) advoga por uma resistência formada entre sujeitos corporificados como maneira de contestar visões tradicionais que atribuem uma posição estratégica de articular teorias aos cientistas, pesquisadores ou outros cargos técnicos nas teorizações e compreensões sobre o social, enquanto a prática seria tarefa dos não especialistas. A dicotomia teoria *x* prática é subsidiária da episteme moderna, a qual dicotomiza, também, outras instâncias da sociedade, como sujeito *x* objeto, pessoal *x* social e bom *x* mau (Lugones, 2003).

A autora (Lugones, 2003) chama atenção, além disso, para outras lógicas tradicionais dominantes de apreensão e interpretação da realidade, como o apreço pela imparcialidade e neutralidade, o que poderia representar um descomprometimento com o concreto. O que seria, inclusive, uma quebra com um compromisso importante para a autora, que é a uma construção teórica que derive de e faça sentido para uma ação concreta, já que o oposto não contribui para a libertação e é mero utopismo.

Mulheres, pessoas negras, indígenas e outras populações historicamente marcadas pela resistência e que formariam uma identidade posicional capaz de compartilhar e teorizar sobre seus sentidos, porém, tiveram essas posições negadas. Portanto, desarticular a dicotomia entre teoria *x* prática em favor do que chama de “teorização tática ao nível da rua” (Lugones, 2003, p. 255) é passo crucial para uma epistemologia da resistência e libertação, feita por e para os oprimidos, comprometida com a criação de novas possibilidades de experienciar e interpretar o mundo.

Resumindo

Em síntese, um entendimento mínimo a respeito do que Lugones compreende por resistência deve levar em consideração alguns aspectos basilares de sua proposta. O primeiro que se destaca é que a resistência entende e responde à opressão, o que evidencia que qualquer compreensão sobre as dinâmicas opressivas, as quais as mulheres estão submetidas, deve admitir a possibilidade de que exista algo que escape ao poder. Sem essa consideração

inicial, não se pode avançar sobre o que Lugones chama de resistência, já que sem a viabilidade prática de uma política resistente, toda a compreensão seria mero utopismo, sendo, portanto, inútil do ponto de vista do oprimido (Lugones, 2003).

Um segundo aspecto – e que disso deriva – é de que a condição de abertura é, então, uma condição para que a libertação seja plausível. A ruptura com o hábito epistemológico de compreender o mundo (e as pessoas) como unívoco, coeso e determinado é uma exigência para que se possa cogitar projetos de sociedade emancipatórios, que criem sentidos diferentes aos hegemonicamente compartilhados.

Além da visão de mundo que é condição para que a resistência possa ser uma possibilidade plausível, outro aspecto que marca o entendimento lugoniano acerca desse fenômeno é o destaque ao caráter processual e contínuo das resistências. Se a opressão está capilarizada por diversos aspectos da vida (e.g. legais, jurídicos, epistemológicos, morais) ela não é, porém, totalmente bem-sucedida, pois é continuamente resistida (Lugones, 2003; 2010).

Ainda, outro destaque é o caráter contextual da resistência. Não há uma forma específica ou significado único para definir o que é resistir; os significados resistentes estão além dos meios de micro e macro manifestação do poder, são infrapoliticamente compartilhados. Entender a resistência como um processo infrapolítico permite considerar como resistentes atos que de outra forma talvez não o seriam, já que, desde que inseridos em um processo que comungue dessas condições mínimas de resistência, essas ações poderiam ser lidas como tais (e.g. dissimulação, silêncio, permanência podem ser resistência, desde que inseridos em uma lógica de ruptura).

O destaque à manifestação infrapolítica do processo resistente não significa buscá-lo fora dos compartilhamentos sociais. O que a autora (Lugones, 2003) destaca é que a resistência não ocorre segundo as determinações das estruturas sociais, tampouco é gestada internamente, como uma responsabilidade individual.

Indispensável à resistência é, ao contrário, a ruptura com a lógica individualizante. A construção de laços comunitários e o compartilhamento de experiências entre os que estão nas fronteiras, ou seja, entre os oprimidos, é o que permite a criação e manutenção de lógicas antiéticas ao poder. Superando a fragmentação imposta, a coalizão entre os diferentes viabiliza o fortalecimento da resistência, não só pela adição quantitativa de pessoas resistindo; entender o mundo como plural é também condição para que essas diferenças sejam acolhidas e que potencializem a união (Lugones, 2014). Movimentos de identidades posicionais diversos podem compartilhar e expandir esses sentidos (e.g. movimentos antirracistas, coalizão do feminismo decolonial, coalizões indígenas).

Com essa teorização, Lugones busca oferecer não apenas uma narrativa sobre a opressão, mas uma compreensão sobre opressão de mulheres por processos constituídos de racialização, colonialidade, exploração econômica, heterocentrismo (Lugones, 2014), que possa ir além dos utopismos, de maneira a construir uma práxis de resistência. A resistência não se encerraria, portanto, em mera reatividade, mas na criação de sentidos concorrentes, de uma lógica alternativa.

Capítulo 2 – No mundo da Análise do Comportamento: como pensar a resistência?

Diante do panorama traçado no capítulo anterior, o desafio que agora se coloca é o de situar a Análise do Comportamento nos debates sobre as possibilidades de resistência e de libertação das diversas formas de opressão. Considerando que um dos objetivos deste trabalho é examinar a noção de resistência na literatura analítico-comportamental feminista, este capítulo compila alguns dos achados acerca de tal noção nos textos da área. O que se espera ao final deste capítulo é que o leitor possa ter contato com elementos constitutivos da rede conceitual acionada por textos feministas que tangenciam a questão da resistência.

O capítulo foi dividido em três partes: na primeira, aspectos sobre a natureza e amplitude dos temas são apresentados; na segunda, algumas questões preliminares derivadas interpretações dos textos são discutidas, compondo um panorama geral de como a resistência é trabalhada nos textos analisados; por fim, cada um dos principais conceitos acionados para compor a noção de resistência nos textos analítico-comportamentais é apresentado e discutido brevemente.

Dados, natureza e amplitude dos temas

Inicialmente, faz-se importante destacar aspectos gerais dos textos selecionados para a análise. No primeiro momento da busca (seleção 1), foram encontrados mais de duzentos textos que apresentavam os termos buscados. Ao fim do primeiro corte dos critérios de inclusão e exclusão, que objetivava afunilar as buscas para textos analítico-comportamentais que fizessem uma discussão sócio-política e feminista, esse número foi reduzido para 13.

Na seleção 2, com os critérios adicionais balizados por obras de Ruiz (1995, 1998, 2009), mais três textos foram desconsiderados. Já dos dez capítulos possíveis do livro “Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento” (Pinheiro & Mizael, 2019), três foram elencados para somar às discussões do presente estudo. Ao final deste momento,

restaram 13 textos, entre artigos, dissertações e capítulos de livros, os quais foram analisados de acordo com as questões organizadas na tabela apresentada no método.

Cabe a ressalva de que o número total de textos analisados nesta pesquisa foi de 14, dada a inclusão da dissertação de mestrado intitulada “Compatibilidades entre agência feminista e comportamentalismo radical” (Silva, 2021). À época das buscas, tal texto não estava indexado nos mecanismos de busca virtual, mas foi indicado pela banca de qualificação e em outros momentos de orientação, como um estudo que trabalha a relação entre resistência e Análise do Comportamento de maneira ostensiva e que poderia ser pertinente aos objetivos do trabalho.

Das produções analisadas, 86% (12 dos 14 textos) foram publicados a partir do ano de 2016, ano que também marca, entre os textos resgatados, a publicação de origem brasileira mais antiga na temática (Silva & Laurenti, 2016). Outra observação válida a partir das análises é a de que apesar do veículo destas publicações ser diverso – *Perspectivas em Análise do Comportamento*, REBAC, *Acta Comportamentalia*, *Behavior and Social Issues* e as publicações em livro – a filiação das pesquisas não o é, estando a maioria alocada em centros de pesquisa do Sul e Sudeste do país (6 no Paraná e 2 em São Paulo)¹⁴.

Os textos analisados são de natureza teórica. No que tange à temática centralizada ou aos objetivos explicitados, podem ser assim listados:

1. Contribuições brasileiras para o debate feminista sendo apresentadas a leitores que não leem em português (Mizael, 2021);
2. Discussões sobre sexismo e propostas de mudança baseadas na Análise do Comportamento (Baires & Koch, 2019);
3. Comparação entre aspectos da Análise do Comportamento e do Feminismo Interseccional (DeFelice & Diller, 2019; Mizael, 2019);

¹⁴ Há textos em que a filiação das autoras não é especificada, mas, dada a repetição de autoria de outros textos resgatados nesta pesquisa, pode-se concluir a observação.

4. Uma tentativa de traçar um panorama sobre questões centrais e definidoras do pensamento skinneriano e os distanciamentos e aproximações com a teoria feminista (Ruiz, 1995);
5. Uma discussão multiculturalista e feminista de *Walden Two* (Wolpert, 2005);
6. Uma aproximação de teses importantes tanto para o behaviorismo radical quanto para o feminismo, como a tese antiessencialista (Silva & Laurenti, 2016);
7. Uma discussão em termos analítico-comportamentais sobre a noção de patriarcado (Nicolodi & Arantes, 2019; Nicolodi & Hunziker, 2021);
8. Dominação masculina e práticas de violência simbólica (Fontana, 2019; Fontana & Laurenti, 2020);
9. Discussões analítico-comportamentais sobre o empoderamento de mulheres (Couto, 2017; Couto, 2019);
10. Uma avaliação das compatibilidades entre noções feministas de agência e o comportamentalismo radical (Silva, 2021).

Algumas questões preliminares

O termo resistência não articula um conceito frequentemente utilizado por analistas do comportamento. Apesar disso, pôde-se buscar, mesmo em textos que não fizessem referência direta ao termo, por uma linha argumentativa compatível com uma compreensão em termos analítico-comportamentais, considerando o entendimento geral de que a resistência nomeia a possibilidade de responder à opressão (Lugones, 2003).

Dos 14 textos selecionados, apenas quatro fazem referência direta ao termo. Ruiz (1995) e Mizael (2019) constroem um sentido de resistência a partir da noção de *contracontrole*, como pode ser verificado em: “A chave para garantir práticas culturais boas para todos em longo prazo, de acordo com Skinner, é por meio de um design de cultura que se apoie no *contracontrole*, ou, para colocar em outros termos, na *resistência*” (Ruiz, 1995, p. 176, grifos meus) e “Assim, estratégias de *contracontrole* (e.g. as lutas dos movimentos feministas) podem ser consideradas o que costumeiramente é chamado de ‘*resistência*’ nos

feminismos” (Mizael, 2019, p. 56, grifos meus). Esse uso dos termos sugere uma equivalência entre eles; nesse sentido, o contracontrole seria o recurso analítico-comportamental que traduz a noção feminista de resistência.

Embora traduza resistência como contracontrole, Ruiz (1995) não descarta outros elementos constitutivos das respostas de mulheres às relações opressivas, por exemplo, o autoconhecimento. Silva (2021) parte dessas proposições iniciais de Ruiz (e.g. 1995, 1998) para aprofundar a compreensão comportamentalista radical da noção de agência pessoal, relacionando-a, também, com repertórios de autocontrole e contracontrole, além de enfatizar o papel da comunidade verbal nas ações de resistência de mulheres aos contextos opressivos. Silva (2021), ainda, identifica esses elementos como constitutivos de ações de resistência.

O trabalho de Ruiz (1995) também é central na apresentação de resistência de DeFelice e Diller (2019), que sustentam a proposta de que, em uma perspectiva analítico-comportamental, a resistência não pode ser entendida como algo interno aos indivíduos, já que isso inviabilizaria a compreensão de seus determinantes funcionais. Reiteram, para tanto, o caráter contextual de qualquer ação. O encobrimento das variáveis funcionais da resistência seria um impeditivo, além disso, para o trabalho coalizional, ou seja, seria um impeditivo para a colaboração entre oprimidos a partir das características contextuais em comum em prol de uma sociedade mais justa.

Nos demais textos analisados, a noção de resistência, apesar de não ser trabalhada diretamente, também está presente. Há um tratamento periférico à temática, no sentido de que, ao evidenciarem outras características e elementos relativos aos contextos opressivos nos quais mulheres estão inseridas e às expectativas de trabalho analítico-comportamental, acabam por referenciar os projetos de respostas à opressão.

Fontana (2019) e Fontana e Laurenti (2020a), por exemplo, trabalham a perspectiva de enfraquecer o controle opressivo por meio da explicitação das contingências que compõem a cultura de dominação masculina. A possibilidade de libertação das práticas culturais de

dominação masculina está, para Fontana (2019), relacionada à viabilidade de identificação destas, “para que estratégias de contracontrole possam ser planejadas, podendo, assim, contribuir para ações de enfrentamento do movimento feminista” (p. 19). Também os repertórios de autoconhecimento e autocontrole são referenciados como pré-requisitos para a modificação das variáveis de controle das relações.

O recurso à explicitação de variáveis culturais que sustentam as dinâmicas opressivas também é utilizado por outras autoras feministas da Análise do Comportamento. Nicolodi e Arantes (2019) e Nicolodi e Hunziker (2021) apresentam a noção de patriarcado como conjunto de contingências sociais que estão relacionadas ao desequilíbrio nas relações, com prejuízos substanciais às mulheres e benefícios aos homens. A proposta central dos textos é que, se as relações de exploração/opressão são socialmente construídas e mantidas, é possível operar mudanças para desestruturá-las. O contracontrole e o empoderamento são referidos como as possibilidades de ampliação de repertório e de construção de possibilidades mais justas para as mulheres. Nicolodi e Hunziker (2021), inclusive, sinalizam que há uma “relação direta entre possibilidade de contracontrole e o estabelecimento de condições para que, dentro dessa relação desigual entre gêneros, mulheres possam ter mais escolhas e mais poder, levando, idealmente, a uma relação equilibrada com os homens” (p. 172).

Uma noção geral de empoderamento é evidenciada por Couto (2017, 2019). Distanciando-se de um entendimento tradicional de empoderamento enquanto estados internos (e.g. sentimentos), a autora sinaliza para uma possibilidade de agenciar mudanças via criação de condições para que mulheres se comportem de forma a alterar as contingências envolvidas na opressão, o que chama de empoderamento com base no contracontrole. Pontua que essa possibilidade, no entanto, só se realiza a partir da aquisição de novos repertórios comportamentais que, de alguma forma, estejam relacionados à mudança nas contingências, tais como autoconhecimento e contracontrole.

Mesmo que a partir de perspectivas e objetivos de investigação diferentes, um itinerário comum aos textos é o recurso ao contracontrole como possibilidade política da ação feminista. Na rede conceitual dos textos analítico-comportamentais feministas, outras noções também são referenciadas como importantes para que o contracontrole se apresente como uma alternativa possível. A seguir, uma elaboração pormenorizada sobre alguns desses recursos conceituais é apresentada, com o objetivo de explicitar particularidades da utilização desses conceitos e contribuir para um exame da noção de resistência na literatura analítico-comportamental.

A rede conceitual acionada para trabalhar as possibilidades de resistência

Agência

O conceito de agência é trabalhado nos textos analítico-comportamentais a partir da tensão com uma tese tradicional, especialmente comum nas ciências humanas e em algumas vertentes da teoria feminista, de que estaria relacionado à capacidade de um indivíduo de reagir aos controles sociais opressivos a que está exposto (Ruiz, 1998; Couto, 2017; Silva, 2021). Nessa perspectiva tradicional, em que o “agente é a fonte última de resistência” (Ruiz, 1998, p. 182), teses internalistas e que reiteram a dicotomia pessoa x mundo são acionadas, sinalizando pontos de incongruência com questões basilares ao comportamentalismo radical, como o contextualismo e relacionismo.

Não obstante, considerando que um dos objetivos práticos do feminismo é “empoderar indivíduos e aumentar a resistência individual a práticas culturais opressivas” (Ruiz, 1998, p. 183), uma questão que se mantém é: de onde viria essa resistência, então? Esse questionamento se constrói a partir da negativa à tese tradicional de alguns feminismos (notoriamente, os filiados a concepções liberais) de que os projetos de libertação necessitariam de uma agência pessoal para sua realização, ou seja, a possibilidade de reação aos contextos opressivos dependeria de uma capacidade pessoal (e.g. de constructos mentais ou internos) daqueles em condição de opressão.

Para Ruiz (1995), o começo do empreendimento de responder a essa questão se apresenta a partir de uma ruptura com interpretações essencialistas ou filiadas ao individualismo abstrato, reposicionando a análise no contexto e nas relações. Para o comportamentalismo radical, o entendimento da agência é relacional, o que significa dizer que agência é mais uma propriedade das ações do que de indivíduos e que, portanto, sua compreensão é histórica e temporalmente orientada pela relação dos indivíduos com essas circunstâncias (Silva, 2021). É justamente a relação indivíduo-ambiente que constitui um ponto-chave para a construção e mudança de práticas culturais (Ruiz, 1995).

A interpretação relacional proposta pelo comportamentalismo radical não é uma alternativa somente a vertentes subjetivistas e internalistas de explicação da agência, mas também às que alocam a fonte da resistência no ambiente e nas estruturas sociais, que trariam como desafio a superação do determinismo. Afinal, como poderiam indivíduos em contextos opressivos superar as condições sociais que criam seu desempoderamento? (Ruiz, 1995). Sobre isso, Silva (2021) conclui que

a agência emerge, então, na relação entre indivíduo e ambiente. No comportamentalismo radical, essa relação pode ser descrita em termos de probabilidades, o que conferiria uma alternativa ontológica ao determinismo mentalista das explicações de agência centradas no indivíduo, bem como ao determinismo social das explicações centradas nas estruturas sociais (p. 50).

Enfatizar a agência como comportamentos ou “ações em contexto” (Ruiz, 1998) ou, ainda, em termos probabilísticos (Silva, 2021), corrobora com a busca pela identificação das variáveis que participam das contingências que as mantêm. A partir disso, pode-se, também, identificar outros repertórios que podem ser condições ou pré-requisitos para tal agenciamento.

No que tange à relação com a resistência, a ênfase ao conceito de agência é adicionada pela sua utilidade para a descrição da resistência feminista em seu sentido geral de

transformação de contextos opressivos (Ruiz, 1995; Silva, 2021). Outro elemento que evidencia a relação entre agência e resistência é a aproximação sugerida pela proposta de que a reconceitualização da noção da agência como uma questão relacional se dá pela necessidade de acessar, sem que se recorram a teses mentalistas ou ambientalistas, a “origem da resistência” (Ruiz, 1995, p. 171).

Autoconhecimento

A agência é, ainda, descrita como a convergência de repertórios de autoconhecimento (Ruiz, 1995). A tentativa de responder à questão sobre a origem da resistência, para Ruiz (1995), exige que o lócus da agência seja situado em uma história de aprendizagem que possibilite o desenvolvimento de repertórios de saber como fazer algo e de um repertório verbal e simbólico que viabilize a identificação e a descrição das relações funcionais e circunstâncias contextuais. É a convergência desses repertórios que permite a emergência de ações agênticas, ou seja, ações que estejam referenciadas a partir de repertórios verbais descritivos e de identificação das variáveis das quais são função e que possam alterá-las (Ruiz, 1998).

Convém destacar o caráter inconspícuo da dominação (em específico da dominação masculina) para ressaltar a importância de uma comunidade verbal que faz os tipos corretos de perguntas sobre as experiências e prepara seus membros para estarem em melhores condições de relatar “não só o que sentem, mas como, quando e por que se comportam” (Malacrida & Laurenti, 2018, p. 73) e que, portanto, aumenta as chances de comportamentos conscientes e racionais. Fontana (2019) e Fontana e Laurenti (2020) destacam que a efetividade e extensão dos efeitos da dominação estão, muitas vezes, relacionados à forma, sutil e irracional, a partir da qual as violências se apresentam.

A capacidade de relacionar eventos e identificar a relação funcional entre eles, a exemplo de como as relações de poder podem estar influenciando a emissão ou manutenção de um comportamento, é um pré-requisito para que se possa agir sobre eles. Em uma inflexão

política, discriminar controles tácitos ou sutis, que participam da manutenção de relações injustas e assimétricas, é fundamental para que se possa agir sobre isso (Fontana & Laurenti, 2020). Com relação à comunidade feminista, Silva (2021) resume que

é somente por meio do autoconhecimento, originado na comunidade verbal feminista, que as mulheres teriam condições de saber que aquilo que sentem está conectado ao contexto. Esses repertórios seriam fundamentais para a resistência feminista, pois é somente quando relacionam o modo como se sentem ao contexto que as mulheres discriminam as contingências que terão de enfrentar para lutar contra controles opressivos (p. 16).

Autocontrole

O autoconhecimento, ou a capacidade de discriminar os controles do comportamento, é condição importante para que se possa ir além dos condicionamentos sociais de uma cultura de dominação. Não é, porém, condição suficiente. Outros repertórios e condições são necessários para que se faça possível a construção de relações sociais mais justas e equânimes. O autoconhecimento, na perspectiva comportamentalista radical, seria, no entanto, pré-condição para a constituição do repertório de autocontrole (Silva, 2021).

Há de se destacar que o autocontrole é de natureza comportamental. A tese tradicional de que a possibilidade de mudança e de escolhas estaria relacionada a uma “entidade internada iniciadora (a razão)” (p. 74) não encontra eco em noções comportamentalistas radicais (Malacrida & Laurenti, 2018).

“A noção comportamentalista de autocontrole descreve uma relação recursiva pessoa-mundo, na qual o indivíduo intervém em condições que controlam o seu próprio comportamento” (Flores, Barbosa & Laurenti, 2021, p. 214). O repertório de autocontrole, então, trata da possibilidade de mudança do próprio comportamento por meio da alteração das variáveis ambientais que participam do controle do comportamento; muda-se o ambiente para que se mude o próprio comportamento (Malacrida & Laurenti, 2018). Uma ênfase é

adicionada à utilidade do autocontrole em situações em que as consequências produzidas por um comportamento são conflituosas, como quando as consequências imediatas são reforçadoras, mas possuem efeitos deletérios ou prejuízos a longo prazo (Skinner, 1953/2003).

No caso das questões feministas, o repertório de autocontrole pode ser útil na medida em que mulheres possam, por exemplo, agir de maneiras alternativas às sinalizadas como adequadas por práticas culturais de dominação masculina. Em uma situação cotidiana, quando padrões comportamentais de docilidade e feminilidade seriam reforçados a curto prazo (e seus antônimos produziriam consequências aversivas), pode-se, a partir da identificação das variáveis daquela circunstância, intervir nestas de forma a alterar a probabilidade do próprio comportamento, aumentando as chances de respostas sob controle de contingências distantes temporalmente e que sejam incompatíveis com a exploração.

Uma vez que o repertório de autocontrole está relacionado à alteração das probabilidades de ação e à ampliação das alternativas comportamentais, por meio da manipulação das variáveis das quais o comportamento é função, é pré-condição para outros repertórios e processos, como os de contracontrole (Silva, 2021). Em última instância, parece compor uma parte importante da possibilidade de alterar relações sociais injustas.

Contracontrole

A noção de contracontrole é central nos textos analisados na presente pesquisa. Como supracitado, é diretamente relacionada à noção de resistência por analistas do comportamento feministas (Ruiz, 1998; Mizael, 2019; Silva, 2021). A própria apresentação skinneriana, em que postula que “a condição aversiva que surge para reverter a tendência é algo que é chamado de ‘resistência’” (Skinner, 1953, p. 371) parece estabelecer um solo fértil para identificações entre a noção de resistência e a de contracontrole.

Desde que Skinner introduziu no dicionário analítico-comportamental a noção de contracontrole, alguns outros autores incorporaram tal ideia em suas articulações, o que se

confirma pela vastidão de sua utilização no vocabulário das analistas do comportamento preocupadas com questões feministas (e.g. Ruiz, 1995, 1998; Wolpert, 2005; Mizael, 2019; Nicolodi & Hunziker, 2021). Cabe, então, um rápido desvio para analisar alguns percursos teóricos que ajudaram a consolidar uma acepção de contracontrole útil para estudos políticos.

O termo contracontrole aparece, inicialmente, na obra de Skinner (1953) referenciado a partir da noção de aversividade: técnicas baseadas no uso da força, em especial, punição ou ameaça de punição são aversivas por definição e um efeito sobre o controlado é que este se engaje em respostas de contracontrole, selecionadas pela redução das consequências aversivas. Foi diante da preocupação com os usos indevidos do controle e das formas de disfarçá-los que Skinner elaborou muitas de suas assertivas sobre o contracontrole, considerando-o como um meio de alterar contingências sociais.

Um aspecto interessante proposto pelo autor (Skinner, 1971) sobre o contracontrole é que ele não trata da eliminação do controle, mas da sua correção. Isso decorre do seu entendimento do controle como inerente às relações, mas que seu exercício pode ser exacerbado ou indevido quando uma das partes do sistema social detém formas de impedir arranjos de contingências que o freiem. Nesse sentido, contrapartes que o balanceiem podem ser favoráveis ao equilíbrio das relações.

Holland (1974) radicaliza a noção skinneriana de contracontrole ao referenciá-la diretamente a partir das experiências de grupos específicos, já que, historicamente, alguns grupos têm sido submetidos sistematicamente a controles comportamentais exploratórios. Para além da descrição de um fenômeno das relações, a noção de contracontrole é apropriada pelo autor para evidenciar o aspecto político ao qual os analistas do comportamento devem estar atentos em sua atuação. Tendo a igualdade como horizonte das dinâmicas sociais, como antídoto das relações hierárquicas e exploratórias, pelas quais a elite mantém o poder de acesso ao arranjo das contingências, entende que o contracontrole, por parte dos oprimidos e explorados, é uma forma de balancear e equilibrar o sistema.

O autor prescreve que, como forma de somar aos esforços revolucionários, os analistas do comportamento poderiam usar das ferramentas teóricas e metodológicas da área para analisar os controles vigentes e, mais, comunicar a outros sobre estes (Holland, 1974). Dessa forma, o autor defende que os controlados poderiam estar melhor preparados para contracontrolar e para antecipar essas situações. Evidenciar o controle e auxiliar no contracontrole, seja como produto do compartilhamento das análises, seja de forma explícita, como na criação de tecnologia de contracontrole, é tarefa de analistas do comportamento a serviço de uma sociedade igualitária (Holland, 1974, 1978).

A tendência dos textos analisados no presente trabalho é recorrer a uma descrição contextual dos fenômenos como antídoto às explicações internalistas, precisamente porque estas encerrariam a investigação e as possibilidades de agir de modo a transformá-las. A explicação do comportamento e dos controles exploratórios com base nas relações ambientais viabiliza o exercício do contracontrole (Silva & Laurenti, 2017).

De uma perspectiva analítico-comportamental, o sucesso da manutenção de condições opressivas está diretamente relacionado às formas de disfarçar os controles exploratórios que as sustentam (Lopes, 2015), considerando que isso dificulta os meios para desarticulá-las. A preocupação em explicitar as contingências sociais que mantêm práticas de dominação masculina (Fontana, 2019) ou patriarcais (Nicolodi & Arantes, 2019; Nicolodi & Hunziker, 2021) cumpre, dessa forma, o compromisso de viabilizar os meios para o contracontrole. Uma chave para assegurar práticas culturais menos injustas, poderia ser “por meio do design de culturas que se apoiem no contracontrole ou, para colocar em outros termos, na resistência” (Ruiz, 1995, p. 176).

Nicolodi e Hunziker (2021) entendem o contracontrole como uma ferramenta que cria condições para a liberdade, considerando esta como possibilidade de escolhas genuínas¹⁵. As

¹⁵ Nicolodi e Hunziker (2021) empregam o termo “escolhas genuínas” no sentido das discussões sobre liberdade articuladas por Goldiamond (1976), em que a liberdade se define em graus, sendo tão mais livre aquele que tem

relações de contracontrole, para as autoras, poderiam modificar as relações opressivas. Tal repertório também é condição para que o processo de empoderamento possa ser gestado.

A própria proposta de interpretação comportamental do empoderamento de mulheres (Couto, 2017, 2019) baseia-se na ideia de contracontrole e pode também ser compreendida a partir da articulação dos conceitos discutidos até então. Há, nesse sentido, uma “relação direta entre a possibilidade de contracontrole e o estabelecimento de condições para que, dentro dessa relação desigual entre gêneros, mulheres possam ter mais escolhas e poder” (Nicolodi & Hunziker, 2021, p. 172). Empoderamento, em uma interpretação analítico-comportamental, trata desse processo de aquisição de novos repertórios que viabilizam a mudança de contextos em que as relações entre gêneros não estão equilibradas, especialmente orientado para o equilíbrio destas.

Resumindo

Mesmo em uma perspectiva feminista, que contempla as discussões sobre práticas opressivas contra mulheres e formas de superá-las, as discussões sobre resistência em Análise do Comportamento são em sua maioria indiretas. Como a área não centraliza a noção de resistência em suas articulações, as questões relacionadas às formas de alterar relações sociais opressivas acionam, então, uma rede conceitual própria.

A noção de contracontrole destaca uma possibilidade política de alterar as condições determinantes de um comportamento (Ruiz, 1995; Wolpert, 2005; Couto, 2017; Mizael, 2019) na medida em que está relacionada, também, a outros conjuntos de resposta que são condições para que um indivíduo seja capaz de alterar as contingências em vigor, como autoconhecimento e autocontrole (Silva, 2021).

Essa rede conceitual parece dar conta da probabilidade de ser diferente das determinações culturais, ou seja, de agir ativamente no mundo, proposta que se assemelha,

mais alternativas de escolhas genuínas, que não configuram situações forçadas. “No geral, as condições de exploração e opressão envolvem pouca liberdade de escolha genuína para a parte explorada e muito mais possibilidades de escolhas para o explorador” (Nicolodi & Hunziker, 2021, p. 167).

ainda, à ideia de agência (Ruiz, 1995; Silva, 2021). Além disso, contempla também a compreensão de que, mais do que um produto em si, essa perspectiva de mudança tem relação com um processo de ampliação das possibilidades de agir no mundo (Couto, 2017).

Capítulo 3: Aproximações iniciais entre uma proposta de resistência em Lugones e questões analítico-comportamentais

As discussões até aqui apresentadas sugerem que a rede conceitual acionada por analistas do comportamento feministas para trabalhar a possibilidade de mulheres promoverem transformação social mesmo em contextos opressivos tem sido um empreendimento profícuo na explicitação de variáveis de controle e formas de alterar essas relações. No entanto, isso não parece ser condição suficiente para que se descarte a adição de elementos que discutem o fenômeno a partir de outras perspectivas, por exemplo, a perspectiva de Lugones sobre resistência. Este capítulo objetiva apontar alguns caminhos e dificuldades para esse diálogo.

Há de se explicitar, inicialmente, algumas convergências que evidenciam a compatibilidade entre ambas as propostas. O primeiro destaque vai para a condição de abertura necessária para o debate lugoniano sobre resistência. Lugones (1990/2003) posiciona que a possibilidade ontológica de libertação depende de abraçar o pluralismo ontológico. Em outras palavras, a proposta é que, para que se considere viável uma existência que não seja subsumida pelos mecanismos de poder, há de se renunciar a pretensão científica e teórica – considerando de que é a partir desse quadro de referência que fala – da busca pela unidade, pela coesão ou pela versão absoluta dos fatos.

Teses favoráveis a interpretações pluralistas também encontram defesa direta e enfática em algumas obras filiadas à proposta comportamentalista radical (e.g. Ruiz, 1995; Lopes, Laurenti & Abib, 2018). Lopes, Laurenti e Abib (2018) problematizam que o determinismo encontrou suporte na promessa de apresentar-se como uma alternativa viável às teses mentalistas, nas quais o comportamento é explicado com base em referências além de seus próprios determinantes. Uma questão que se coloca, porém, é que determinismo e mentalismo compartilham um solo comum: teses monistas, antíteses ao pluralismo, em que o comportamento – e outros fenômenos do mundo – é visto como um todo completo e coeso e

que “qualquer desvio, imprecisão ou variabilidade é um problema epistemológico, e não uma questão ontológica” (Lopes, Laurenti & Abib, 2018, p. 61). A partir dessa lógica, portanto, é considerada a possibilidade de que idealmente seria viável determinar os eventos do mundo ou suas causas, mas que isso não se realiza por limitações técnicas ou de avanço das áreas. Sendo os desvios, as imprecisões e a variabilidade um problema epistemológico para saberes construídos a partir de perspectivas monistas, uma implicação ético-política relevante é que a busca pela coesão e determinação também estarão no corpo das instituições que esses saberes embasam.

Parece razoável concluir que as teses pluralistas de Lugones guardam semelhança com as críticas ao determinismo ontológico, considerando que a “condição de abertura” (p. 503) de Lugones (1990/2003) e a noção de probabilidade compartilham de aspectos interessantes. Do ponto de vista comportamentalista radical, apesar de todo comportamento ser controlado (Skinner, 1974), os seus determinantes são apenas em termos probabilísticos; falar em controle, portanto, é falar de relações funcionais e relações de dependência, mas não de suficiência e determinação. Sendo assim, “como a causa não fixa a ocorrência do efeito, mas estabelece probabilidades, é possível que, dada a ocorrência da causa, aconteçam mudanças, variações, novidades, mesmo que ínfimas, acarretando em efeitos diferentes” (Flores, Barbosa & Laurenti, 2021, p. 213). Considerando esse cenário, a resistência é realizável, já que um mundo não determinado guarda a possibilidade de que a luta política não seja mero utopismo, mas que concretize formas de escapar às relações de poder.

Outra articulação teórica que disso deriva e que parece ressoar entre ambas as propostas aqui engajadas é a perspectiva contextualista. Ruiz (1998), em uma investigação sobre as convergências entre a teoria feminista e o behaviorismo radical, situa o papel do contexto como uma das mais importantes. O que isso sugere é que eventos de natureza comportamental só podem ser explicados a partir da identificação das variáveis contextuais das quais é função, sejam elas históricas ou atuais (Morris, 1993). Certamente a contestação à

universalização das experiências (as de opressão, mas não só) é defensável do ponto de vista dos feminismos, de maneira geral, e das assertivas sobre resistência de Lugones (Lugones, 2010, 2020).

A atenção ao contexto, porém, não foi garantia que todas as respostas feministas à questão de “como aumentar a resistência de mulheres aos contextos opressivos” fossem, de fato, contextuais, no sentido de compreendidas a partir de seus aspectos históricos e circunstanciais. Ruiz (1995, 1998) chama atenção para uma possível contradição de teóricas do feminismo a respeito das fontes de controle social: ao mesmo tempo em que consideram o indivíduo o responsável último pela resistência às opressões sociais, entendem que estas o exaurem.

A recontextualização da noção de agência foi a saída encontrada pelas analistas do comportamento para tal dilema (Ruiz, 1998; Silva, 2021). Uma perspectiva relacional de agência, em que a agência descreve uma relação recíproca pessoa-ambiente e um conjunto de repertórios e não um constructo internalista, compatibilizou a possibilidade de indivíduos ativos para o comportamentalismo radical. A saída de Lugones (2003) é, também, parecida: comunga da recusa ao entendimento moderno de agência – adotado, por exemplo, por vertentes de um feminismo liberal – no qual o lócus da ação e responsabilidade é individual e internalizado.

Em ambos os casos, essa recusa é feita em favor de um sentido de agência que destaca o valor da comunidade na construção das possibilidades de agir de maneira a transformar os contextos opressivos. Afinal, para a Análise do Comportamento, “falar de agência é falar sobre um processo verbal emergente” (Ruiz, 1998, p. 191), então, é a comunidade verbal que estabelece condições para que as experiências possam ser significadas e os controles exercidos, explicitados. A resistência, aqui, seria fomentada por uma comunidade verbal que dá condições para que seus membros se tornem capazes de identificar os controles explícitos e implícitos, bem como alterá-los.

Em Lugones (2003), a compreensão da importância de uma comunidade que compartilhe os significados resistentes pode ser aproximada da noção de comunidade verbal. É a comunidade que “permite aprender, ouvir, transmitir informações, participar de criações comunicativas, avaliar possibilidades, ter uma noção da direção da intencionalidade, ganhar profundidade social” (Lugones, 2003, p. 268). Tal experiência compartilhada de resistência pode ser representada pelo que a autora chama de coalizão (2011), sendo um contexto em que a consciência da dissidência é intersubjetivamente gestada e que estabelece as condições necessárias para que as práticas de resistência sejam compartilhadas.

O papel da comunidade é evidenciado pelas analistas do comportamento, ainda, ao enumerar os repertórios comportamentais pré-requisitos para agir de maneira ativa no mundo, intervindo neste e modificando as relações de controle as quais os indivíduos estão submetidos; autoconhecimento, autocontrole e contracontrole são elencados como repertórios necessários para essa ação (Silva, 2021) e são de origem social, considerando a mediação de uma comunidade verbal para a sua consolidação (Skinner, 1957/1992).

Uma questão importante que disso decorre é que falar de repertórios de autoconhecimento, autocontrole, contracontrole ou mesmo de outros repertórios que compõem a ampliação das escolhas é falar de repertórios a partir da consideração de uma dimensão pessoal, ou seja, de como um indivíduo pode ou não se comportar. Por mais que sejam repertórios gestados socialmente, parecem ter como recorte de análise o corpo e as possibilidades de uma pessoa. Embora, de um ponto de vista analítico-comportamental, o comportamento social seja em alguma medida político (Lopes, 2015), outras dimensões podem também ser necessárias para compatibilizar, além da modificação das contingências controladoras, a transformação de relações de poder que por elas perpassam.

Quando argumentam pela inclusão da variável “poder” nas análises das relações de desigualdade e opressão, Nicolodi e Arantes (2019) sinalizam que falar de relações de poder e relações de controle parece orientar análises diferentes. Ambas estão imbricadas nos sistemas

sociais e são parte das relações como se constituem nas contingências sociais atuais, das interpessoais às institucionais. Ressalta-se, porém, que se o controle faz parte da experiência humana (Skinner, 1974), o seu exercício desigual e exploratório não é uma condição, para a Análise do Comportamento (Nicolodi & Arantes, 2019).

Relações de poder tratam da inequidade histórica no gerenciamento do acesso às condições de controle e seus efeitos, enquanto relações de controle tratam da bidirecionalidade do controle nas relações sociais (Nicolodi & Arantes, 2019). A partir dessa compreensão não se objetiva descartar um ou outro tipo de relação, mas evidenciar o caráter histórico e político, bem como suas nuances e efeitos, das relações de poder. Relações de controle e relações de poder se constituem e retroagem, mas não dão conta de um mesmo nível de análise.

Em um diálogo com a proposta de Lugones, o que isso poderia sinalizar é que por mais que tais repertórios (autoconhecimento, autocontrole e contracontrole) cumpram critérios importantes da resistência, como o caráter processual, o aspecto contingente e que digam respeito a probabilidades de ação, uma limitação que apresentam é estarem situados no comportamento operante, ou seja, no nível de análise de uma história de vida. Cumpre evidenciar que o contexto histórico e o aspecto político são elementares nas teorizações de Lugones (2003), considerando que “a resistência entende e responde a opressão” (p. 27), e a própria definição de opressão está especialmente orientada por essa dimensão de análise.

Essas considerações não impõem, porém, uma objeção a esses conceitos (descritivos de repertórios de ação) como parte do entendimento da resistência de uma perspectiva analítico-comportamental. De certo modo, autoconhecimento, autocontrole, contracontrole e outros repertórios que digam respeito à possibilidade de alterar as contingências em vigor precisam ser aprendidos. Reconhecer os repertórios pessoais que podem contribuir para uma ação ativa no mundo é imprescindível para a articulação política, admitindo-se que um dos aspectos mais cruéis das mais diversas formas de opressão é, além da violência concreta, o

abismo que impõem para o desenvolvimento de repertórios mínimos que viabilizam condições de sobrepô-lo (Nicolodi & Arantes, 2019).

A tese aqui defendida, inspirada pelas noções de Lugones (2003) sobre resistência, é que a resistência é um processo que evidencia relações de poder e formas de desarticulá-las. Portanto, a sua identificação com repertórios comportamentais que dão conta da alteração de relações de controle não é uma consequência lógica imediata. Relações de controle e relações de poder, afinal, não contemplam o mesmo fenômeno (Nicolodi & Arantes, 2019). Comportamentos que viabilizam alterar relações de controle podem ser parte da alteração de relações de poder, mas não necessariamente dão conta de todas as dimensões do fenômeno ou estão em um mesmo nível de análise.

Longe de mero rebuscamento teórico, uma implicação prática disso é que se situar a dominação masculina como fenômeno dependente dos indivíduos, mas que carece de uma dimensão de análise que ultrapasse essa temporalidade (Fontana & Laurenti, 2020b), por exemplo, é um passo importante para a compreensão dos determinantes sociais que sustentam as condições de subjugação de mulheres, a mesma lógica poderia ser aplicada as suas possibilidades de contestação.

O exame minucioso das práticas culturais de dominação masculina (Fontana, 2019; Fontana & Laurenti, 2020a), das práticas culturais patriarcais (Nicolodi & Arantes, 2019; Nicolodi & Hunziker, 2021) e das práticas de uma cultura de estupro (Morais & Freitas, 2017), por exemplo, compõem um esforço importante de analistas do comportamento feministas de destacar mecanismos de manutenção da opressão de mulheres.

Uma análise similar no campo das resistências poderia ser também empreendimento profícuo para sua expansão, adicionando à análise de repertórios o aspecto das variáveis culturais que se relacionam às práticas de resistência – e que, portanto, as potencializam ou dificultam. Isso parece compatível com a consideração analítico-comportamental de que o comportamento humano é multideterminado e produto da história de variação e seleção em

diferentes temporalidades, sendo necessário, portanto, também diferentes níveis de análise para sua investigação. Nesse sentido, ressaltar o nível das práticas culturais é ressaltar, também, a relação destas com o operante (e com o nível filogenético); é destacar como elas se atualizam mutuamente.

Do mesmo modo que a dominação masculina pode ser entendida como uma prática cultural, ou seja, como um sistema complexo de repertórios comportamentais passados de geração em geração que ganham força com a disseminação e manutenção de instituições (ou agências controladoras), a resistência poderia, também, ser admitida com tamanha extensão temporal e complexidade. Isso quer dizer que, ainda que a resistência feminista dependa, em alguma medida, de repertórios da história de vida dos indivíduos, a sua análise pode ser estendida à análise de outras temporalidades a medida em que repertórios a compõem são transmitidos ao longo das gerações. Isso poderia evidenciar o caráter político da prática como disputa histórica de oposição à dominação masculina e demarca a opressão como fenômeno cujo significado é compartilhado socialmente por mulheres – e que é justamente nesses significados compartilhados que as possibilidades resistentes são forjadas.

Ainda outro aspecto pode ser tensionado a partir da interlocução entre teses de Lugones e da Análise do Comportamento: qual é o papel dos especialistas na transformação de relações opressivas? Em Lugones (2003), há uma crítica explícita à autoridade do cientista como em posição privilegiada para a articulação das tomadas de decisões políticas, considerando que essa autoridade se sustenta em teses filiadas à episteme moderna, como a separação de fatos e valores e sujeito e objeto. Essa crítica compartilha argumentos com a crítica, também, à necessidade de inteligibilidade institucional ou pública às resistências.

Lugones (2003), portanto, defende que as resistências podem se manifestar infrapoliticamente, bem como que seu tratamento ou a tomada de decisão científica não são pré-condições para sua consolidação. Isso decorre da perspectiva de que o campo do

reconhecimento científico, assim como de outras dimensões sociais, está comprometido com a lógica da dominação, então a produção de resistências não poderia estar circunscrita a eles.

O cientista, na figura do analista do comportamento ou do planejador de culturas, para a Análise do Comportamento, recebe um tratamento diferente. A relação de interdependência entre indivíduo e seus contextos é base para que práticas culturais sejam estabelecidas e mantidas (Skinner, 1953; Ruiz, 1995) e, enquanto investigador dessas relações, o analista do comportamento pode estar em melhores condições para previsão e controle destas.

Considerando o ceticismo skinneriano com as instituições e agências de controle e com o contracontrole como ponto de equilíbrio suficiente para o desequilíbrio advindo de usos impróprios do controle (Skinner, 1953), o design de culturas pode se apresentar como uma ferramenta de organizar condições planejadas de equilíbrio. Cabe, então, ao especialista, o planejamento de culturas em que seus membros estejam em condições de contracontrolar em caso de contingências exploratórias.

Mesmo partindo da radicalização da noção de contracontrole, enquanto possibilidade política da população (Holland, 1974, 1978; Sá, 1985), em que discursos tecnocráticos de idealização da figura do especialista poderiam ser contrapostos, há ainda uma diferenciação entre aquele que estuda e planeja intervenções daquele que vive as contingências. Essa é, com relação ao tratamento da resistência e suas possibilidades, uma diferença considerável entre a perspectiva de Lugones (e.g. 2003) e de analistas do comportamento.

Em síntese, este capítulo objetivou evidenciar alguns itinerários que aproximam e distanciam as perspectivas de resistência de Lugones e de analistas do comportamento, com ênfase nas questões feministas. Longe de esgotar todas as possibilidades de conexão, pôde-se, principalmente, iniciar uma avaliação sobre as possibilidades de complementaridade entre as propostas. De um ponto de vista analítico-comportamental, área que esteve, muitas vezes, isolada de outras perspectivas teóricas, o acréscimo de novos ângulos de análise pode contribuir para o tensionamento de velhas questões em prol de sua atualização, especialmente

quando estas são favoráveis à discussão de projetos científicos e de sociedade mais compatíveis com a dignidade de populações historicamente oprimidas.

Considerações finais

Apesar de não centralizar o termo resistência como um conceito próprio da área, a Análise do Comportamento não se furta à discussão de possibilidades de transformar relações opressivas. Dentre os conceitos acionados, autoconhecimento, autocontrole e contracontrole parecem constituir uma tríade importante para a compreensão das possibilidades de mudança nas relações sociais, condições para que processos de empoderamento e resistência, por exemplo, possam ser empreendidos.

No entanto, essas elaborações podem ser amplificadas a partir da interlocução com outras áreas em que a resistência seja centralizada e que, portanto, tenha suas características e aspectos melhor definidos. O presente trabalho objetivou essa mediação, a partir de uma articulação entre a rede conceitual feminista da Análise do Comportamento e as propostas sobre resistência da autora María Lugones.

Lugones (2003) estava interessada, especialmente, nas formas cotidianas de resistência. Longe de indicar que buscava os significados individuais do resistir, essa inflexão proposta pela autora aproxima-se de um entendimento de que a resistência não necessita de uma forma/manifestação apreensível pelo reconhecimento público para que seja válida; pelo contrário, a manifestação desses significados se dá em uma esfera infrapolítica e não é a forma que identifica a resistência, mas as condições que a criam.

Do caráter contextual, ainda, derivou que a resistência não poderia ser entendida a partir de lógicas individualizantes, só podendo ser constituída por relações sociais que estabelecessem contexto para ela (Lugones, 2005). É a experiência coletiva que estabelece contexto para que identidades posicionais resistentes possam ser forjadas, ou seja, é na experiência coletiva que pessoas que estão em posição de opressão podem se reconhecer como tal e aprender, coletivamente, formas de resistir a isso.

A essa experiência compartilhada de resistência a autora dá o nome de coalizão (Lugones, 2011). Não é, porém, qualquer agrupamento que caracteriza a coalizão para a

resistência. A resistência é viabilizada pela relação com a opressão, ou seja, não é inerente a qualquer relação social, mas àquelas que estão marcadas pelo desequilíbrio de poder e que criam significados alternativos a ele. Isso demarca a resistência como uma possibilidade iminente política daqueles sistematicamente expostos à desumanização dos mecanismos de fragmentação e homogeneização social.

Além disso, demarca que a condição para que projetos de resistência possam ser vislumbrados é a de que uma existência não pode ser subsumida pelo poder. A possibilidade de resistência e libertação, em Lugones (2003), depende da adoção do pluralismo ontológico, já que seria a partir do reconhecimento da abertura, da não determinação pela lógica dominante e da não formação de seres univocamente construídos pelo poder que se podem construir leituras resistentes.

Com relação à aproximação entre a discussão lugoniana sobre resistência e as considerações analítico-comportamentais feministas sobre as formas de transformação social, pode-se destacar que os aspectos relacionais e contextuais e o papel de uma comunidade constituem um ponto de encontro relevante entre as propostas, além da convergência entre teses pluralistas. Nesse sentido, o aspecto comportamentalista radical da resistência pode ser evidenciado. A resistência é construída e constrói em contexto, na relação entre pessoas e o mundo e está no campo da possibilidade.

O exame da literatura feminista analítico-comportamental evidenciou uma ruptura importante entre as propostas: o nível de análise das relações. Enquanto em *Análise do Comportamento* são explicitados os comportamentos que possibilitam mudança nas condições que sustentam a opressão, Lugones posiciona essa análise em uma dimensão coletiva, só compreensível para além dos comportamentos de um indivíduo.

Em uma perspectiva analítico-comportamental, a partir do reconhecimento e descrição das relações de poder, uma mulher pode estar em melhores condições para desenvolver repertórios de mudança de tais relações (Silva, 2021), especialmente quando podem-se

construir processos em que, progressivamente, as opções disponíveis para as mudanças sejam mais amplas (Couto, 2017). A consideração dos repertórios comportamentais individuais que permitem transformar as contingências que sustentam relações injustas é parte importante de um projeto teórico e político que discuta a resistência à opressão. A partir das teses lugonianas, porém, é possível defender que não é suficiente.

A noção de práticas culturais pode auxiliar no posicionamento da resistência para além do nível de análise e temporalidade da vida de um indivíduo. Mesmo que dependam de indivíduos para sua reprodução, práticas culturais consideram “aspectos distintos daqueles utilizados para explicar o operante e também para explicar a espécie” (Fontana & Laurenti, 2020b, p. 315). Nesse sentido, a resistência como prática cultural poderia ser compreendida a partir de seus determinantes históricos.

Em outras palavras, a resistência como um conjunto complexo de repertórios comportamentais, situados em momentos históricos específicos, tendo um significado compartilhado socialmente entre praticantes, poderia tratar de algo mais complexo do que repertórios comportamentais individuais e particulares e, portanto, mais potente. Essa compreensão admite a possibilidade de uma cultura de resistência da mesma forma que admite uma cultura de dominação.

Entendendo que um caminho para pensar resistência em Análise do Comportamento é a partir da noção de práticas culturais, outras questões podem surgir. Por exemplo, essas práticas culturais poderiam ser programadas por especialistas/cientistas do comportamento? Se sim, como conciliar esse planejamento com as críticas lugonianas sobre o papel do especialista na questão da resistência? Ainda, quais seriam as variáveis dessas práticas?

Se essa crítica se sustenta, além disso, como poderiam ser pensadas condições que viabilizariam um planejamento cultural “horizontal”, ou seja, sem que os cientistas do comportamento ocupassem um papel de autoridade? A criação de condições para o exercício do controle face a face, por exemplo, seria um empreendimento a favor dessa horizontalidade,

ajudando a enfraquecer o poder de grupos controladores? Essas e outras perguntas podem orientar que a resistência seja considerada em termos de repertórios individuais, mas também a partir de questões próprias a uma dimensão coletiva, em que são discutidos projetos teóricos e de sociedade, bem como os critérios que os estabelecem. Essas considerações podem ser pertinentes para a consolidação de uma Análise do Comportamento em favor de povos historicamente oprimidos.

Por fim, é válido destacar que, embora sinalize caminhos frutíferos para uma conversa mais próxima entre a Análise do Comportamento e uma proposta de resistência como trabalhada por Lugones, este trabalho objetivou indicar aproximações iniciais entre as propostas de Lugones e o feminismo analítico-comportamental, portanto, apresenta importantes limitações de escopo e abrangência das discussões. Questões que permanecem em aberto e podem inspirar novos trabalhos são, por exemplo, a respeito do caráter afirmativo da resistência. Qual é a relação entre criatividade e resistência? Além disso, cabe a consideração final de que Lugones tem um consistente projeto de educação popular que poderia também ser um tópico profícuo para novas interlocuções com as propostas educacionais analítico-comportamentais.

Referências

- Anzaldúa, G. (1987). *Borderlands/La Frontera: The new mestiza*. Aunt Lute.
- Beauvoir, S. (2000). *O segundo sexo*. Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1949).
- Baires, N.A., & Koch, D.S. (2020). The Future Is Female (and Behavior Analysis): A Behavioral Account of Sexism and How Behavior Analysis Is Simultaneously Part of the Problem and Solution. *Behav Analysis Practice* 13, 253–262. <https://doi.org/10.1007/s40617-019-00394-x>
- Bernadino-Costa, J., Maldonado-Torres, N., & Grosfoguel, R. (2019). Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico. In J. Bernadino-Costa, N. Maldonado-Torres, R. Grosfoguel (Orgs.), *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico* (pp. 9-26). Autêntica.
- Carastathis, A. (2019). Beyond the “Logic of Purity”: “Post-Post-Intersectional” glimpses in decolonial feminism. In P. DiPietro, J. McWeeny, S. Roshanravan (Eds.), *Speaking face to face: The visionary philosophy of María Lugones*. Suny Press. ISBN 9781438474540 (e-book).
- Castro, S. (2020a). “Aposta epistêmica”: O feminismo descolonial de Yuderkys Espinosa Miñoso. *Revista Ideação*, 42, 86-93. <http://dx.doi.org/10.13102/ideac.v1i42.5486>
- Castro, S. (2020b). María Lugones, feminismo decolonial e interseccionalidade. In C. Marin, S. Castro (Orgs.), *Políticas de Resistência, Homenagem à María Lugones* (pp. 19-24). Fundação Fênix.
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. Artmed.
- Cedeño, A. L. (2007). Uma reflexão teórica sobre as noções de poder, controle e emancipação. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 12(51), 49-89. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v12n51.44162>

- Couto, A., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: caminhos para o diálogo. *Perspectivas em análise do comportamento*, 8(2), 147-158. <https://dx.doi.org/10.18761/PAC.2016.047>
- Couto, A. (2017). Uma análise behaviorista radical da visão feminista sobre o empoderamento da mulher. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. Recuperado em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/52567?show=full>
- Couto, A. (2019). O empoderamento das mulheres sob uma perspectiva analítico-comportamental. Em Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento (Org. Pinheiro e Mizael); Ed. Imagine Publicações, Fortaleza. (pp. 140-173).
- DeFelice, K.A., & Diller, J.W. (2019). Intersectional Feminism and Behavior Analysis. *Behav Analysis Practice* 12, 831–838. <https://doi.org/10.1007/s40617-019-00341-w>
- DiPietro, P., McWeeny, J., & Roshanravan, S. (2019). *Speaking face to face: The visionary philosophy of María Lugones*. Suny Press. ISBN 9781438474540 (e-book).
- Dittrich, A. (2004). Behaviorismo radical, ética e política: aspectos teóricos do compromisso social, Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo – SP, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/4745/TeseAD.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra*. Civilização brasileira S.A.
- Ferreira, F. (2013). Apresentação. Em Scott, J. C. (2013). *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre (Original publicado em 1992).

- Flores, Barbosa, Laurenti (2021). Autonomia, educação e compromisso social: convergências ontológicas entre Paulo Freire e o Comportamentalismo Radical. *Revista brasileira de Análise do Comportamento*, 17(2), 207-218. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v17i2.11016>
- Fideles, M., & Vandenberghe, L. (2014). Psicoterapia Analítica Funcional feminista: possibilidades de um encontro. *Psicologia: teoria e prática*, 16(3), 18-29. <http://dx.doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v16n3p18-29>
- Firestone, S. (1976). *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista*. Labor do Brasil.
- Fontana, J. (2019). Uma análise da dominação masculina à luz da noção skinneriana de cultura. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná – PR, Brasil. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2019/08/Uma-analise-da-dominacao-masculina-a-luz-da-nocao-skinneriana-de-cultura.pdf>
- Fontana, J., & Laurenti, C. (2020a). Práticas de violência simbólica da cultura de dominação masculina: uma interpretação comportamentalista. *Acta comportamentalia*, 28(4), 499-515. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/77327>
- Fontana, J., & Laurenti, C. (2020b). Tríplice contingência cultural: uma proposta de explicação comportamental da cultura. *Interações em psicologia*, 24(3), 308-317. <http://dx.doi.org/10.5380/riep.v24i3.66012>
- Foucault, M. (2017). *Microfísica do poder*. 5ed. Paz e Terra. (Original publicado em 1978).
- Freire, P. (2016). *Pedagogia do oprimido* (60a ed.). Paz e Terra. (Original publicado em 1968).
- Freitas, J., & Morais, A. (2019). Cultura do estupro: Considerações sobre violência sexual, feminismo e Análise do Comportamento. *Acta Comportamentalia*, 27(1), 109-126. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/68758>

- Friedman, B. (1971). *A mística feminina*. Rio de Janeiro: Vozes (Original publicado em 1963).
- Gomes, H., & Costa, N. (2014). Violência contra a mulher: uma pesquisa empírica sobre regras descritivas comuns na sociedade ocidental. *Acta Comportamentalia*, 22(1), 89-100. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-81452014000100007&lng=pt&tlng=pt.
- Guilhardi, H. J. (2002). A resistência do cliente a mudanças. In: H. J. Guilhardi, M. Queiroz, M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre Comportamento e Cognição*, vol. 9 (pp. 133-156). ESETEc.
- Harding, S. (2017). Latin american decolonial studies: feminist issues. *Feminist studies*, 43(3), 624-636. <https://doi.org/10.15767/feministstudies.43.3.0624>
- hooks, bell. (2015). Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (16), 193-210. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>
- Hollanda, H. (2019). Introdução. In H. Hollanda (Org.), *Pensamento Feminista: Conceitos fundamentais* (pp. 9-24). Bazar do Tempo.
- Hollanda, H. (2020). Introdução. In H. Hollanda (Org.), *Pensamento Feminista: Perspectivas Decoloniais* (pp. 10-37). Bazar do Tempo.
- Holland, J. (1974). Are behavioral principles for revolutionaries? In F. Keller, E. Iñesta (Orgs.), *Behavior modification: Applications to education* (pp. 195-208). Academic Press.
- Holland, J. (1978). Behaviorism: part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 163-174. <http://10.1901/jaba.1978.11-163>
- Lacerda, L., & Costa, N. (2013). Relação entre comportamentos emocionais e violência contra a mulher. *Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva*, 15(3), 21-36.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452013000300003&lng=pt&tlng=pt

Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2016). Da neutralidade à política. *Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva*, 18(número especial), 6-10.
<https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.858>

Lopes, C. E. (2015). The political discourses of behavior analysis. *Operants*, 27-32.

Lopes, C., & Laurenti, C, Abib, J. (2018). *Conversas pragmatistas sobre comportamentalismo radical* (2ª ed. rev.). CRV.

Lorde, A. (1984). *Sister Outsider: Essays and Speeches*. Crossing Press.

Lugones, M. (1992). On Borderlands/La Frontera: An Interpretive Essay. *Hypatia*, 7(4), 31–37.
<http://www.jstor.org/stable/3810075>

Lugones, M. (2003). *Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing Coalition against Multiple Oppressions*. Rowman & Littlefield.

Lugones, M. (2005). From within Germinative Stasis: Creating Active Subjectivity, Resistant Agency. In A. Keating (Ed.), *Entre Mundos/Among Worlds: New Perspectives on Gloria Anzaldúa* (pp. 85-100). Palgrave Macmillan.

Lugones, M. (2006). On Complex Communication. *Hypatia* 21(3), 75–85.

Lugones, M. (2007). Heterosexualism and the colonial/modern gender system. *Hypatia*, 22(1), 189-219.

- Lugones, M. (2008). Colonialidad y género. *Tabula Rasa* (9), 73-101. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&tlng=es
- Lugones, M. (2010). Toward a Decolonial Feminism. *Hypatia*, 25(4), 742–759. <http://www.jstor.org/stable/40928654>
- Lugones, M. (2011). Methodological notes toward e decolonial feminism. In A. Isasí-Díaz, E. Mendieta (Eds.), *Decolonizing Epistemologies: Latina/o Theology and Philosophy* (pp. 68-86). Fordham University Press.
- Lugones, M. (2014). Radical Multiculturalisms and Women of Color Feminisms. *Journal for Cultural and Religious Theory*, 13(1), 68-80.
- Lugones, M. (2020). Gender and Universality in Colonial Methodology. *Critical Philosophy of Race* 8(1), 25-47. <https://www.muse.jhu.edu/article/747657>
- Machado (2017). Introdução: Por uma genealogia do poder. In M. Foucault (2017). *Microfísica do poder* (pp. 7-34). 5ed. Paz e terra.
- Malacrida, G., & Laurenti, C. (2018). Uma análise do conceito de “eu” nos textos de B. F. Skinner. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 14(1), 69-78. doi: <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v14i1.7160>
- Malantino, H. (2020). Incompleta, visionário e não-utópica. In C. Marim, Castro, S. (Orgs.), *Política de resistência, homenagem à María Lugones* (pp. 99-112). Fundação Fênix.
- Mendoza, B. (2010). La epistemología del sur, la colonialidade del género y el feminismo latinoamericano. In Y. Espinosa Miñoso (Org.). *Aproximaciones críticas a las prácticas teóricopolíticas del feminismo latinoamericano vol.1* (pp. 19-36). Em La Frontera.

- Miñoso, Y. E. (2017). De por qué es necesario um feminismo descolonial: diferenciación, dominación coconstitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. *Solar*, 12(1), 141-171. <http://doi.10.20939/solar.2016.12.0109>
- Miñoso, Y. E. (2020). Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In H. B. Holland (Org.), *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (pp. 96-119). Bazar do Tempo.
- Mizael, T. (2019). Pontes entre o feminismo interseccional e a análise do comportamento. In R. Pinheiro & T. Mizael (Orgs.), *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento* (pp. 40-63). Fortaleza: Imagine Publicações.
- Mizael, T. (2021). Behavior analysis and feminism: contributions from Brazil. *Behavior and social issues*, 30, 481-494. <https://doi.org/10.1007/s42822-021-00067-x>
- Mohanty, C. (2008). *Bajo los ojos de occidente: Academia Feminista y discurso colonial*. In L. Navaz, A. Hernández (Eds.). *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes* (23p.). Cátedra (Original publicado em 1984).
- Morris, E. (1993). Behavior Analysis and Mechanism: One is not the other. *The Behavior Analyst*, 15, 25-43. <https://doi.org/10.1007/BF03392606>
- Nicolodi e Arantes (2019). Poder e patriarcado: contribuições para uma análise comportamental da desigualdade de gênero. In R. Pinheiro & T. Mizael (Orgs.), *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento* (pp.67-86). Fortaleza: Imagine Publicações.
- Nicolodi, L., & Hunziker, M. (2021). O patriarcado sob a ótica analítico-comportamental: considerações iniciais. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 7(2), 164-195. <http://doi:10.18542/rebac.v17i2.11012>

- Ortner, S. (1979). Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In M. Rosaldo, L. Zamphere. *A mulher, a cultura e a sociedade* (pp. 95-120). Paz e Terra.
- Ortner, S. (1995). Resistance and the problem of ethnographic refusal. *Society for comparative study of society and history*, 173-193. <http://doi.org.10.1017/50010417500019587>
- Ortolan, M., & Guerin, B. (2017). Analyzing domestic violence behaviors in their contexts: Violence as a contribution of social strategies by other means. *Behavior and Social Issues*, 26(1), 5-26. <http://doi.org.10.5210/bsi.v26i0.6804>
- Pinheiro, R., & Mizael, T. (2019). *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento*. Imagine Publicações.
- Prilleltensky, I. (1994). On the social legacy of B.F. Skinner: Rhetoric of change, philosophy of adjustment. *Theory & Psychology*, 4(1), 125-137. <http://doi:10.1177/0959354394041006>
- Quijano, A. (2009). Colonialidade do poder e classificação social. In B. Sousa Santos, M. Meneses (Orgs.), *Epistemologias do Sul* (pp. 73-118). CES.
- Ruiz, M. (1995). B. F. Skinner's radical behaviorism: Historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. *Behavior and Social Issues*, 5(2), 29-44. <http://doi:10.5210/bsi.v5i2.221>
- Ruiz, M. (1998). Personal agency in feminist theory: Evicting the illusive dweller. *The Behavior Analyst*, 21(2), 179-192. <http://doi:10.1007/BF03391962>
- Ruiz, M. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, 4(1), 12-16. <http://doi:10.1037/h0100005>
- Ruiz, M. (2009). Beyond the mirrored space: time and resistance in feminist theory. *Behavior and philosophy*, 37, 141-147. <http://doi:10.2307/41472428>

- Rubin, G. (1993). O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. SOS Corpo (Original publicado em 1975).
- Sá, C. P. (1979). *A psicologia do controle social*. Achaimé.
- Sá, C. P. (1985). O behaviorismo radical de B. F. Skinner e sua aplicabilidade socialmente relevante, Tese de doutorado em Psicologia, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/9637>
- Saffioti, H. (2015). *Gênero, patriarcado e violência*. Expressão Popular.
- Santos, E., Garbelotti, C., & Lopes, C. (2016). O impacto da proposta política de Holland na literatura especializada brasileira. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(número especial), 61-72. <http://doi:10.31505/rbtcc.v18i0.845>
- Santos, B. S. (2014). *Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide*. Boulder: Paradigm Publishers.
- Scott, J. C. (1985). *Weapons of the weak: Everyday forms of peasant resistance*. Yale University Press.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(1), 71-99. ISSN: 2175-6236 (online)
- Silva, E. (2021). Compatibilidades entre agência feminista e comportamentalismo radical. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná – PR, Brasil. Disponível em: http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2021/04/Emanuelle-Castaldelli-Silva-Compatibilidades-entre-agencia-feminista-e-comportamentalismo-radical.pdf?fbclid=IwAR3YOs5Bt6UXk_PZYibG5AZ6V8feJ1j7GcuPMGwqF543zS5luRzezZWerJ8

- Silva, E. C., & Laurenti, C. (2016). B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: “A mulher” à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Revista Perspectivas*, 7(2), 197-221. <http://doi.10.18761/pac.2016.009>
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. Penguin Books.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1992). *Verbal Behavior*. B. F. Skinner Foundation. (Obra original publicada em 1957)
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e comportamento humano*. Martins Fontes.
- Walsh, C. (2007). Interculturalidad y colonialidad del poder: Um pensamento y posicionamento “otro” desde la diferencia colonial. In S. Castro-Gómez, R. Grosfoguel (Comp.), *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp.47-62). Siglo del Hombre.
- Wolpert, R. (2005). A multicultural feminist analysis of walden two. *The Behavior Analyst Today*, 6(3), 186-190. <http://dx.doi.org/10.1037/h0100063>

APÊNDICES

Apêndice A

Listagem completa das obras de María Lugones analisadas (por ano de publicação)¹⁶

Lugones, M. (1992). On Borderlands/La Frontera: An Interpretive Essay. *Hypatia*, 7(4), 31–37.

Lugones, M. (2003). *Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing coalition against multiple oppressions*. New York: Rowman & Littlefield.

a) Lugones, M. (2003). Introdução. In Lugones, M. (2003). *Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing coalition against multiple oppressions*. New York: Rowman & Littlefield.

b) Lugones, M. (2003). Structure/Anti-structure and Agency under oppression. In Lugones, M. (2003). *Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing coalition against multiple oppressions*. New York: Rowman & Littlefield.

c) Lugones, M. (2003). Hard to handle anger. In Lugones, M. (2003). *Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing coalition against multiple oppressions*. New York: Rowman & Littlefield.

d) Lugones, M. (2003). Purity, impurity and separation. In Lugones, M. (2003). *Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing coalition against multiple oppressions*. New York: Rowman & Littlefield.

e) Lugones, M. (2003). Tactical Strategies of the Streetwalker/Estrategias Tácticas de la Callejera. In Lugones, M. (2003). *Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing coalition against multiple oppressions*. New York: Rowman & Littlefield.

Lugones M. (2005) From within Germinative Stasis: Creating Active Subjectivity, Resistant Agency. In: Keating A. (eds) *EntreMundos/AmongWorlds*. New York: Palgrave Macmillan.

¹⁶ O conteúdo de alguns capítulos do livro *Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing coalition against multiple oppressions* (2003) pode também ser encontrado em forma de artigos. O livro é um relançamento e agrupamento de algumas das principais teses que a autora vinha anteriormente trabalhando com adição de capítulos inéditos. Para os fins do presente trabalho, os artigos avulsos foram considerados como consulta adicional, mas os procedimentos analíticos foram realizados a partir dos capítulos do livro, com a justificativa de que estes apresentam, em alguma medida, a versão mais recente de seus argumentos.

Lugones, M. (2006). On Complex Communication. *Hypatia*, 21(3), 75-85.

Lugones, M. (2010). Toward a Decolonial Feminism. *Hypatia*, 25(4), 742-759.

Lugones, M. (2014). Radical multiculturalism and women of color feminisms. *Journal for Cultural and Religious Theory*, 13(1), 68-80.

Apêndice B

Listagem completa das obras analítico-comportamentais feministas analisadas (por ano de publicação)

- Ruiz, M. (1995). B. F. Skinner's radical behaviorism: Historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. *Psychology of Women Quarterly*, 19, 161-179.
- Wolpert, R. (2005). A multicultural feminist analysis of walden two. *The Behavior Analyst Today*, 6(3), 186-190.
- Silva, E.; Laurenti, C. (2016). B.F. Skinner e Simone de Beauvoir: “a mulher” à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7(2), 197-211
- Couto, A. (2017). Uma análise behaviorista radical da visão feminista sobre o empoderamento da mulher. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil.
- Baires, N.A., Koch, D.S. (2020). The Future Is Female (and Behavior Analysis): A Behavioral Account of Sexism and How Behavior Analysis Is Simultaneously Part of the Problem and Solution. *Behavior Analysis in Practice*, 13, 253–262.
- Couto, A. (2019). O empoderamento das mulheres sob uma perspectiva analítico-comportamental. In (Orgs) Pinheiro, R.; Mizael, T. (2019). *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento*. Fortaleza: Imagine Publicações (pp. 140-173).
- DeFelice, L.; Diller, J. (2019). Intersectional Feminism and Behavior Analysis. *Behavior Analysis in Practice*, 12, 831–838.
- Fontana, J. (2019). Uma análise da dominação masculina à luz da noção skinneriana de cultura. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná – PR, Brasil.

Mizael, T. (2019). Pontes para o feminismo interseccional e a análise do comportamento. In (Orgs) Pinheiro, R.; Mizael, T. (2019). *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento*. Fortaleza: Imagine Publicações (pp. 43-66).

Nicolodi, L.; Arantes, A. (2019). Poder e patriarcado: contribuições para uma análise comportamental da desigualdade de gênero. In (Orgs) Pinheiro, R.; Mizael, T. (2019). *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento*. Fortaleza: Imagine Publicações (pp. 67-86).

Fontana, J.; Laurenti, C. (2020). Práticas de violência simbólica da cultura de dominação masculina: uma interpretação comportamentalista. *Acta comportamental*, 28(4), 499-515.

Mizael, T.M. (2021). Behavior analysis and feminism: contributions from Brazil. *Behavior and social issues*. 30, 481-494.

Nicolodi, L.; Hunziker, M. (2021). O patriarcado sob a ótica analítico-comportamental: considerações iniciais. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 7(2), 164-195.

Silva, E. (2021). Compatibilidades entre agência feminista e comportamentalismo radical. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná – PR, Brasil.

Apêndice C

Exemplo de PICT aplicado nos textos de María Lugones

(2010) *Toward a Decolonial Feminism* (TDF)

TT1: Categorias da modernidade

“A modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias atômicas, homogêneas e separáveis” (TDF, p. 742, §1)

“Entendo que a dicotomia hierárquica entre o ‘humano’ e o ‘não-humano’ é a dicotomia central da modernidade colonial” (TDF, p. 742, § 1)

“Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica e hierárquica entre ‘humanos’ e ‘não-humanos’ foi imposta aos colonizados a serviço do homem ocidental (*Western man*). Ela foi acompanhada de outras distinções dicotômicas e hierárquicas, dentre as quais a distinção entre ‘homem’ e ‘mulher’. Essa distinção se tornou a marca do humano e da civilização. Somente os civilizados eram entendidos como ‘homens’ ou ‘mulheres’ (TDF, p. 743, § 2)

C1: Categorias separáveis evidenciam faltas

“Se ‘mulher’ e ‘preto’ são termos que descrevem categorias atômicas, homogêneas e separáveis, a intersecção entre eles mostram a falta da ‘mulher preta’ muito mais que sua presença” (TDF, p. 742, § 1)

TA1: “As críticas das mulheres de cor e do terceiro mundo ao universalismo do feminismo [hegemônico] se centra na questão de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero excede as categorias da modernidade” (TDF, p. 742, § 1)

“Proponho o sistema colonial moderno de gênero como uma lente através da qual pode-se teorizar mais profundamente a lógica opressiva da modernidade colonial, o seu uso de dicotomias hierárquicas e a lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial, dicotômica e hierárquica é central para esse sistema no que tange a raça, gênero e sexualidade.

Isso me permite pesquisar por organizações sociais que estão em tensão com esse sistema e a ele resistem” (TDF, p. 742, § 1)

“A imposição dessas hierarquias dicotômicas foi tecida na historicidade das relações, incluindo relações íntimas” (TDF, p. 743, § 2)

TT2: Não há meios de resistir as imposições coloniais

C2: Há modos antiéticos ao poder

TA2: Somos mais do que o que o hegemônico nos faz ser (TDF, p. 746, § 11)

“Se estivermos exaustos, totalmente feitos através e por mecanismos micro e macro e circulações de poder, ‘libertação’ perde muito de seu significado ou deixa de ser um assunto intersubjetivo. A própria possibilidade de uma identidade baseada na política (Mignolo, 2000) e o projeto de decolonialidade perde seu terreno povoado” (TDF, p. 746, § 11)

“O longo processo de colonialidade começa subjetiva e intersubjetivamente em um encontro tenso que forma e não vai simplesmente ceder à normatividade capitalista, moderna e colonial. O ponto crucial sobre o encontro é que a construção subjetiva e intersubjetiva do mesmo informa a resistência oferecida aos ingredientes da dominação colonial (...) a colonização não encontrou um mundo vazio, a ser formado” (TDF, p. 747, § 15)

“A subjetividade resistente frequentemente se manifesta infrapoliticamente mais do que nas políticas do público, que são espaço fácil para disputas de contestação. Legitimidade, autoridade, voz, senso e visibilidade são negados a subjetividade resistente. A infrapolítica marca a virada para dentro, em uma política de resistência, em direção à libertação. Mostra o poder das comunidades dos oprimidos em construir sentido resistente e entre si contra a constituição de sentido e organização social pelo poder” (TDF, p. 746, § 11)

“Estou investigando e enfatizando a historicidade da relação ‘oprimindo-resistindo’ (*opressing-resisting*) e, então, enfatizando as resistências concretamente vividas a colonialidade de gênero. Em particular, quero marcar a necessidade de uma leitura múltipla

do *self* resistente em relação. Isso é uma consequência da imposição colonial de gênero” (TDF, p. 748, §19)

TT3: Não há alternativa a realidade apresentada pela modernidade-colonialidade

“Eles deixam clara a importância da distinção [entre moderno e não-moderno] ao nos dizerem que a modernidade tenta controlar, ao negar sua existência, o desafio da existência de outros mundos com diferentes pressupostos ontológicos. Nega a existência roubando a sua validade. Essa negação é a colonialidade. Emerge como constitutiva da modernidade (TDF, p. 749, § 20)

C3: A resistência perde o sentido se o poder é interpretado como totalmente bem sucedido

TA3: Habitação do lócus fraturado como espaço de resistência

“O que estou propondo ao trabalhar em direção a um feminismo decolonial é aprender a respeito uns dos outros como resistentes à colonialidade de gênero na diferença colonial, sem necessariamente ser um *insider* dos mundos de sentido dos quais surge a resistência à colonialidade. Ou seja, a tarefa da feminista decolonial começa por ela ver a diferença colonial, resistindo enfaticamente ao seu hábito epistemológico de apaga-la. Vendo isso, ela vê um mundo novo, e então ela exige que abandone seu encantamento com a ‘mulher’, o universal, e começa a aprender sobre outros resistentes à diferença colonial” (TDF, p. 753, § 39)

“Quero ver a multiplicidade do lócus fraturado: tanto a realização da colonialidade de gênero e a resposta resistente de um senso de *self* subalterno, do social, do *self* em relação, do cosmos, tudo baseado em uma memória povoada. Sem a multiplicidade tensa, vemos apenas ou a colonialidade de gênero como realização, ou um congelamento da memória, uma compreensão ossificada de si mesmo em relação a um sentido pré-colonial do social. Parte do que vejo é um movimento tenso, gente se movendo: a tensão entre a desumanização e a paralisia da colonialidade do ser e a atividade criativa do ser” (TDF, p. 754, § 40)

TT4: A resistência é um ato individual

C4 e TA4:

“Não se resiste a colonialidade de gênero sozinho. Se resiste a partir de um entendimento e vivência de mundo partilhada e que torna possível entender as ações dos outros, provendo reconhecimento. Comunidades, mais do que indivíduos, possibilitam isso; alguém faz com outra pessoa e não em isolamento” (TDF, p. 754, § 41)

Síntese interpretativa

Nesse texto, Lugones destaca que seu objetivo é pensar sobre práticas de resistência cotidianas a diferença colonial. Pensa, portanto, no que há de íntimo, no sentido de que está olhando para os entrelaçamentos entre pessoas que não atuam em cargos oficiais ou de representação social, na resistência.

O primeiro ponto de discussão da autora é sobre as categorias essenciais da modernidade. Opõe-se a uma interpretação de mundo moderna que separa o mundo ontologicamente em categorias atômicas, homogêneas e separáveis. Soma-se a voz as Feministas de Cor e do terceiro mundo na crítica ao universalismo das categorias, propondo que até a categoria de “interseccionalidade” já supera essa lógica e expõe suas falhas. Propõe-se a teorizar a lógica opressora da modernidade colonial, criticando suas dicotomias hierárquicas e lógica categorizante, enxergando o “sistema de gênero moderno e colonial” (*modern, colonial, gender system*). Enfatiza a “lógica categorial, dicotômica e hierárquica como central para o pensamento moderno, colonial e capitalista sobre raça, gênero e sexualidade” (p. 742, §1).

Uma tese central para essa obra é de que algumas dessas categorias, que formam as dicotomias da modernidade, são estruturantes das relações sociais. A dicotomia humano e não-humano, acompanhada da dicotomia homem e mulher foram estruturantes, como marcos civilizatórios, do processo de colonização nas Américas e na região do Caribe. Nesse sentido,

só os humanos eram homens ou mulheres; o homem branco europeu se tornou a medida do homem e a mulher, reprodutora do capital, como pureza, passividade e sua serva, a medida da mulher. A missão de civilização justificou a colonização da “memória, e assim, dos sentidos das pessoas sobre si mesmas, da relação intersubjetiva, de sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com a própria estrutura de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica” (§7). A autora, então, explicita a relação entre a concepção moderna de gênero e seu laço com a concepção de natureza própria desse período histórico e suas reverberações, enquanto corroborações da desumanização relacionada a colonialidade do ser, assim como entendido por Maldonado-Torres (2008). Além de destacar a inseparabilidade entre essas categorias (gênero e raça, por exemplo) entre si e a exploração sistêmica.

O uso do termo “colonialidade”, como defendido pela autora, não intenta demarcar um período histórico específico ou a mera classificação de pessoas em termos de alguma categoria, mas o processo de redução e de subordinação de modos de ser, pensar e conhecer. Ao contrário da colonização, a colonialidade (do ser, do saber, de gênero) ainda está conosco, argumenta. Entende a resistência não como um fim ou um objetivo da luta política, mas como seu começo, como sua possibilidade. Ainda, a resistência guarda dimensões tanto adaptativas quanto criativamente opositora, sendo forjada subjetiva e intersubjetivamente; é a tensão entre subjetificação (formação e informação do sujeito) e a subjetividade ativa, “aquele senso de agência mínimo requerido para que a relação oprimindo <-> resistindo seja ativa, sem que se tenha que apelar para o senso máximo de agência do sujeito moderno (Lugones, 2003)” (§10)

O argumento de que se pode ser mais do que a estrutura hegemônica, do que a organização social derivada do poder, forja as pessoas é central para a luta política defendida pela autora. Numa política de resistência, é preciso considerar os sentidos infrapolíticos, que estão longe do domínio público, já que o terreno público é mais permeável a contestação ao

que foge à norma. “Legitimidade, autoridade, voz, sentidos e visibilidade são negados às subjetividades resistentes” (§11), sendo assim, é a partir de políticas de comunidade, internas, que se forja significados compartilhados outros. Se a exaustão, a total designação pelo poder nos micros e macros mecanismos, for considerada a única forma de existência, a resistência/libertação perde o sentido. Daí a importância, nesse contexto, da consideração da relação oprimindo <-> resistindo (*oppressing <-> resisting*) no que entende como locus fraturado da diferença colonial, sendo esta uma relação hierárquica entre o que é válido do que é considerado inválido; é a negação da existência de mundos que guardam “diferentes pressupostos ontológicos” (§20).

O que essa espacialidade demarca, então, é a possibilidade de habitar um lugar que cinde com o hegemônico, onde é forjada uma percepção e consciência outras e outra forma de se relacionar. Nesse lugar, a tensão e o conflito coexistem, formando um *self* em múltiplas dimensões. Esse locus fraturado guarda a multiplicidade, fugindo da lógica que funda uma realidade única como a verdadeira e suas categorias como essenciais. Nesse espaço, convivem tanto a lógica hegemônica quanto a possibilidade resistente, do *self* em suas relações com outros na mesma habitação.

Partindo dessas considerações, entende que a resistência (a colonialidade, especificamente a colonialidade de gênero) não ocorre quando se está só. Se resiste a partir do compartilhamento dessas formas alternativas de existir. No limite, nas bordas (*borderlands*), é onde a força de resistência está, que é onde o subalterno habita. A colonialidade se infiltra por todos os aspectos da vida, no corpo, trabalho, nas leis, na disposição das terras etc., mas sua lógica é contraposta por forças que não seguem sua lógica. Não permanece contida no poder e, mesmo quando sua resposta não seja abertamente desafiadora ou quando de alguma forma ainda beneficia o capital, está presente nas relações e não é forjada a partir da lógica de dominação. “Adaptação, rejeição, adoção, ignorar, integrar nunca são modos isolados de

resistência, considerando que são performados por um sujeito ativo, densamente construído pela habitação da diferença colonial com um lócus fraturado” (§40).

Por fim, defende que a política de coalizões desafia a lógica das dicotomias, opondo-se ao poder, já que para a consideração dos pontos que convergem de maneira a formas parcerias, é preciso considerar que as relações e habitações são múltiplas, que se compartilham locais comuns e que a partir deles pode-se estabelecer formas de resistir ao poder.

Apêndice D

Exemplo de organização na tabela para os textos de Análise do Comportamento

Nicolodi, L.; Hunziker, M. (2021). O patriarcado sob a ótica analítico-comportamental: considerações iniciais. <i>Revista Brasileira de Análise do Comportamento</i> , 7(2), 164-195. http://doi:10.18542/rebac.v17i2.11012					
Objetivo do texto	Natureza do texto	O conceito “resistência” é trabalhado diretamente no texto?	Define resistência? (sim/não)	Quais conceitos analítico-comportamentais são utilizados para tratar da temática da resistência?	Em que contexto do texto as discussões sobre resistência aparecem?
<p>Dar início à compreensão do patriarcado na perspectiva analítico-comportamental, partindo das análises desenvolvidas nas ciências sociais por Saffioti (2004/2005);</p> <p>Ressalta a importância desse conceito para dar conta de aspectos fundamentais da subordinação/exploração feminina ao poder masculino</p>	Teórica	Não	Não	Contracontrole; liberdade/escolhas; empoderamento;	<p>As discussões de resistência são indiretas/periféricas; Resistência não é um termo diretamente referenciado, mas a ideia de contestar relações de opressão é referida;</p> <p>O contracontrole e o empoderamento são referidos como as possibilidades de ampliação de repertório e de construção de possibilidades mais justas para as mulheres;</p>